

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**FRANCIELY FERNANDES AZARIAS**

**A ATIVIDADE TURÍSTICA E SUA TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO RURAL DA  
AMUSEP, NORTE DO PARANÁ.**

**MARINGÁ**

**2011**

**FRANCIELY FERNANDES AZARIAS**

**A ATIVIDADE TURÍSTICA E SUA TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO RURAL DA  
AMUSEP, NORTE DO PARANÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Doutor Elpídio Serra.

**MARINGÁ**

**2011**

Dedico este trabalho a Deus que nunca me faltou,

À minha mãe (in memoriam), Silvia Fernandes Azarias, pelo incentivo e apoio dado em toda minha vida,

Ao meu marido Douglas, meu amor, que sempre me apóia para prosseguir e que não mede esforços para estar ao meu lado me auxiliando em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

Aos letrados professores que me ajudaram a trilhar essa caminhada.

Aos colegas, que me proporcionaram momentos únicos demonstrando a força que pode ter uma amizade, compartilharam as maiores conquistas e os piores obstáculos desta caminhada.

Em especial ao professor Elpídio Serra, meus sinceros agradecimentos pela paciência e confiança depositada. São atitudes como as suas que me fazem continuar acreditando que sonhos são possíveis...

“Ensinar não é uma função vital, porque não tem o fim em si mesmo; a função vital é aprender.”

(Aristóteles).

## RESUMO

As formas de organização pluriativa no espaço rural referem-se às situações sociais em que a agricultura necessariamente ou diretamente não precisa estar envolvida; o turismo no espaço rural constitui um exemplo típico. Nessa atividade, os indivíduos que compõem uma família de agricultores passam a se dedicar a atividades econômicas produtivas como complementação da renda agrícola, sendo que em muitos casos o que a princípio era complemento acaba se transformando em base da renda que vai sustentar economicamente a propriedade. No presente trabalho, se procura analisar a organização pluriativa, tomando-se como referência a área de ação da AMUSEP e as ocorrências caracterizadas como turismo rural nela existentes. Como procedimento metodológico, são quantificados os empreendimentos dotados alguma estrutura para receber turistas, entrevistados os proprietários e qualificadas as relações sociais estabelecidas. Material fotográfico contribui para ilustrar as ocorrências selecionadas, permitindo assim a visualização da estrutura de atração e de prestação de serviços aos visitantes.

**Palavras-chave:** Turismo Rural, Agricultura Familiar, Territorialidade, AMUSEP.

## ABSTRACT

The forms of organization in rural pluriactive refer to social situations in which agriculture or do not necessarily need to be involved, the rural tourism is a typical example. In this activity, the individuals belonging to a family of farmers start to engage in productive economic activities to supplement farm income, and in many cases what was at first turns out to be in addition to base rent that will economically support the property. In this study, we attempted to analyze the organization pluriactivity, taking as reference the performance area and the occurrence of AMUSEP characterized as rural tourism in that area. The methodology, the developments are quantified endowed some structure to receive tourists, interviewed the owners and qualified as their social relations. Photographic material helps to illustrate instances selected, thus allowing the visualization of the structure of attraction and provide services to visitors.

**Key Words:** Rural Tourism, Family Farm, Territoriality, AMUSEP.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da região da Amusep. ....	24
Figura 2 - Inter-relação de abrangência entre as Tipologias e Segmentos Turísticos relacionados ao meio rural Fonte: (LOUSADA 2007, p. 71). ....	49
Figura 3 - Mapa de identificação dos municípios da AMUSEP. ....	59
Figura 4 - Representação dos empreendimentos de turismo no espaço rural localizados nos municípios da AMUSEP. ....	61
Figura 5 - Doces caseiros para comercialização do Pesque e Pague Quatro C. ....	62
Figura 6 – Café da Roça, município de Munhoz de Mello. ....	67
Figura 7 – Café da Roça, município de Munhoz de Mello. ....	67
Figura 8 – Vista Parcial do restaurante da Prainha São Carlos. ....	69
Figura 9 – Pesqueiro e Balneário do Nelson. ....	69
Figura 10 – Vista parcial plantação de limão do Pesqueiro Mascote. ....	70
Figura 11 – Vista parcial do interior do restaurante do Porão do Peixe. ....	71
Figura 12 – Vista parcial da lanchonete da chácara do Negão. ....	72
Figura 13 - Vista parcial da área de preservação do Pesqueiro Anzol. ....	73
Figura 14 - Vista Parcial da lanchonete e restaurante do Pesqueiro Pantanal. ....	75
Figura 15 - Vista parcial da lanchonete do Pesqueiro Anzol. ....	75
Figura 16 - Local para limpeza e filetagem dos peixes do Centro de Pesca Aquarius. ....	76
Figura 17 - Vista parcial das represas do Pesque e Pague do Alemão. ....	77
Figura 18 - Vista parcial das represas do Pesque e Pague do Alemão. ....	77
Figura 19 - Vista parcial dos tanques para pesca do Pesque e Pague 4 C. ....	78
Figura 20 - Entrada do Pesqueiro Rufato. ....	79
Figura 21 - Entrada da Prainha São Carlos. ....	79
Figura 22 - Vista da piscina (vazia para manutenção) da Prainha São Carlos. ....	81
Figura 23 - Vista parcial dos quiosques da Prainha São Carlos. ....	81

Figura 24 - Vista parcial do restaurante da Prainha São Carlos. ....	82
Figura 25 - Espaço para eventos da Chácara Cantinho do Céu. ....	83
Figura 26 - Vista parcial do salão para eventos do Fazendo Fazenda. ....	84
Figura 27 - Vista parcial das atividades realizadas com o turismo pedagógico. ....	84
Figura 28 - Vista parcial da casa para locação da chácara do Negão. ....	85
Figura 29 - Vista parcial do restaurante do Pesqueiro do Jair. ....	86
Figura 30 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro do Jair. ....	87
Figura 31 - Vista parcial da lanchonete do Pesqueiro Centenário. ....	87
Figura 32 - Vista parcial da lagoa do Porão do Peixe. ....	88
Figura 33 - Vista parcial do parque infantil do Pesqueiro São Luiz. ....	89
Figura 34 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro Pantanal. ....	89
Figura 35 - Vista parcial das represas do Centro de Pesca Aquarius. ....	90
Figura 36 - Vista parcial do restaurante Porão do Peixe. ....	92
Figura 37 - Passeio de charrete no Fazendo Fazenda. ....	93
Figura 38 - Vista Parcial da área verde do Pesqueiro Pantanal. ....	94
Figura 39 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro Pantanal e parte da área verde utilizada pelas famílias que visitam o local para a prática de piquenique. ....	95
Figura 40 - Vista Parcial do campo de bocha e mesas do Pesqueiro Pantanal. ....	95
Figura 41 - Mesa de jogos do Pesqueiro Pantanal. ....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocorrências de Turismo no Espaço Rural na região da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP.....	58
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil. Distribuição das famílias domiciliadas nas áreas rurais não-metropolitana segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2003 .....	32
--	----

## LISTA DE SIGLAS

AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense

ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural

CEASA – Centrais de Abastecimento

CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

CISAMUSEP – Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense

CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDR – Instituto para o Desenvolvimento Regional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

OMS - Organização Mundial de Saúde

PNDADS – Pesquisa Nacional de Reforma Agrária

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRO-AMUSEP – Programa de Desenvolvimento da Região da Amusep

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

RETUR – Rede de Turismo Regional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UEM – Universidade Estadual de Maringá

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE.....</b>	<b>18</b>
2.1 AMUSEP e sua esfera de atuação .....	21
<b>3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE.....</b>	<b>27</b>
3.1 A Agricultura Familiar e as atividades pluriativas .....	29
3.1.1 Caracterização da agricultura familiar .....	33
<b>4 TURISMO E TERRITORIALIDADE.....</b>	<b>37</b>
4.1 A Atividade Turística e o Lazer no Espaço Rural.....	45
4.1.1 A colonização do Norte do Paraná e sua relação com as atividades de turismo no espaço rural .....	54
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>59</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>99</b>
<b>APENDICE .....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

A região Norte do Paraná teve como base no processo de colonização a cafeicultura, que se deu devido às áreas consideradas suscetíveis ao desenvolvimento agrícola. Deste modo, a região caracterizou-se por paisagens rurais cultivadas aliadas a elementos tipicamente rurais, que se materializaram por meio de estradas e caminhos de terra e as estruturas das propriedades.

Considerando essas características, na região Norte do Paraná surgiram vários empreendimentos de turismo no espaço rural, impulsionados pelas transformações ocorridas na agricultura.

Sobretudo no que se refere às relações e formas de trabalho, que têm permitido aos produtores incrementarem a renda familiar, através de atividades não-agrícolas que vêm crescendo consideravelmente no meio rural brasileiro. Dessa maneira, o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica o desenvolvimento de territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades, sendo o turismo no espaço rural uma das alternativas.

Nesse sentido, optamos por estudar a área de abrangência da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP), que de acordo com as divisões geográficas do Paraná (IPARDES, 2008), a área de atuação da entidade refere-se à Região Geográfica Noroeste Paranaense que é composta por 61 municípios e a Região Geográfica Norte Central Paranaense formado por 79 municípios entre eles Londrina, Maringá e Apucarana (mapa em anexo).

Este trabalho teve como objetivo geral identificar as ocorrências do turismo no espaço rural, realizadas pela agricultura familiar na qual o proprietário reside na propriedade, analisando a importância econômica para a propriedade, tomando como referência a região da AMUSEP com seus diversos empreendimentos turísticos.

São considerados no trabalho, a relação entre os conceitos de territorialidade e o espaço rural para lazer e consumo; a diferenciação entre o Turismo Rural e o Turismo no Espaço Rural; a identificação dos tipos de empreendimentos turísticos

localizados no espaço rural da micro-região de Maringá, que também compreende a área de atuação da AMUSEP, para a demonstração da importância do turismo como complementação de renda para a propriedade caracterizada como propriedade familiar..

Para tanto, realizamos estudos em três etapas para levantamento dos dados necessários, sendo que o primeiro passo foi realizar a pesquisa bibliográfica. A segunda fase foi efetuada por meio de levantamento de dados quantitativos para a identificação do número de empreendimentos de turismo no espaço rural existentes na AMUSEP, que se enquadram na categoria da agricultura familiar com domicílio na propriedade, através de informações cedidas pelas Prefeituras Municipais, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Rede de Turismo Regional (RETUR).

Na terceira etapa, foram realizadas visitas aos empreendimentos de turismo no espaço rural, entrevistas com os proprietários e levantamento fotográfico. Dentre os dados explorados, ressaltamos as atividades desenvolvidas nas propriedades, a característica da mão-de-obra, a contribuição econômica em porcentagem da atividade de turismo e lazer para a renda familiar, a procedência da demanda real e a infraestrutura existente.

O trabalho está estruturado em quatro eixos. O primeiro refere-se à colonização do norte paranaense, sendo apresentada de maneira sucinta a ocupação do norte do Paraná. O território e a territorialidade são abordados no segundo eixo, no qual é construída a relação entre o território e a atividade turística.

A atividade turística e o espaço rural são enfocados no terceiro eixo, em que é trabalhada a agricultura familiar, as atividades não-agrícolas, pluriativas, e o turismo e lazer na área rural.

Neste item é explanada a discrepância entre turismo rural e turismo no espaço rural, já que o objetivo geral deste trabalho é identificar as ocorrências da atividade turística na zona rural do norte paranaense e a relação da colonização dessa região com sua potencialidade turística.

No quarto eixo, são apresentadas as ocorrências de turismo no espaço rural e suas territorialidades, onde as propriedades se enquadram na agricultura familiar e

os proprietários residam no estabelecimento, visto que na região estudada, encontram-se diversos empreendimentos que desenvolvem a atividade turística com formas diferenciadas.

## 2 OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

Os primeiros indícios de ocupação do norte paranaense datam do século XVII, por intermédio das missões religiosas dos jesuítas, que não desempenharam um papel significativo nesse processo (SERRA, 1992). Assim, em 1855, com o Brasil independente, o governo imperial fundou a Colônia Militar Jataí, às margens do baixo Tibagi, em conjunto com dois aldeamentos indígenas, de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, dando origem ao primeiro núcleo permanente do povoamento dessa região (CAMBIAGHI, 1954).

Este período foi marcado por expedições militares espanholas e missionários jesuítas que transpuseram os cursos dos rios Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi até 1631, data em que passaram a explorar o vale do Uruguai, deixando a região à margem do processo de expansão da economia brasileira até meados do século XIX (CEPPA, 2008).

Com a expansão da agricultura no estado de São Paulo, na década de 1860, inicia-se o processo de povoamento da região Norte do Paraná, com a vinda de migrantes e fazendeiros atraídos pela condição física, resultante da alta fertilidade das terras roxas consideradas favoráveis ao cultivo do café, cultura que se iniciou ao final do século XIX.

Dessa maneira, o povoamento do Norte do Paraná foi uma expansão da cultura cafeeira do Estado de São Paulo, visto que encontrou solo e clima favoráveis ao seu desenvolvimento (CAMBIAGHI, 1954), destacando que os povoadores eram na maioria paulistas, mineiros e fluminenses, que por tradição eram considerados plantadores de café que foram também atraídos pela fertilidade da região.

o homem se viu atraído pela grande fertilidade do solo e pelo clima favorável à cultura do café, bem como pelos altos lucros que é possível perceber pelo cultivo do mesmo e terra que ainda sente o bafo da floresta virgem” (CAMBIAGHI 1954, p. 77).

A região do Norte do Paraná diferenciava-se do restante do Estado, pois a maior parte desse espaço abrange o Terceiro Planalto Paranaense, caracterizado predominantemente pelo capeamento de efusivas básicas do Brasil Meridional, que deram origem aos solos designados genericamente como “terra roxa”, conhecidos por sua fertilidade.

Outra diferença relevante da região Norte para com as demais regiões do Estado, era o clima, já que ao sul, as geadas são mais frequentes e de intenso rigor, aqui são mais raras, o que ainda possibilitou o cultivo do café (BERNARDES, 1953).

A ocupação do Norte do Paraná foi dividida em três fases, levando em consideração o período e a origem da colonização; sendo que a primeira refere-se ao Norte Velho, conhecido também como Norte Pioneiro, que se estende do rio Itararé até a margem direita do Rio Ivaí, a partir do final do século XIX e início do século XX.

A segunda, denominada Norte Novo, que vai até as barrancas do Rio Ivaí, a qual teve uma significativa expansão a partir da década de 1930, seguida de um aceleração após a Segunda Guerra Mundial. A terceira área caracteriza-se pelo Norte Novíssimo, que segue desse limite até o Rio Paraná, datando entre 1940 e 1960, período em que se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná. (CANCIAN, 1981).

No século XX o governo passou a fomentar a colonização do Norte do estado por meio da participação das companhias imobiliárias, convidando grandes grupos da Grã-Bretanha a investirem na região.

Desse modo, tiveram como resultado a compra da área contígua entre o rio Tibagi, o rio Paranapanema e o médio Ivaí, por parte da empresa Paraná Plantations Ltda, destinada a venda de lotes, cujas operações no Brasil, ficaram a cargo de uma subsidiária, a Companhia de Terras do Norte do Paraná, que adquiriu uma área correspondente a 515.000 alqueires paulistas (CAMBIAGHI, 1954). Após as primeiras viagens de reconhecimento da área, a Companhia de Terras Norte do Paraná entendeu que teriam maior resultado econômico loteando a gleba, dando preferência para as pequenas propriedades.

... a divisão dos lotes em pequenas propriedades estava voltada para a obtenção de um número maior de compradores e conseqüentemente maior lucratividade, já que os lotes menores exigiriam menor investimento e maior comodidade, pois contariam com o acesso às estradas, proximidade com núcleos urbanos, resultando em maior facilidade para o escoamento dos produtos produzidos (ALMEIDA, p. 42. 2010).

De acordo com Monbeig (2007), em 1929 a Companhia tomou posse efetiva de sua propriedade, com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de “capital” da zona por ela colonizada, Londrina. A partir dessa ocasião, iniciaram-se os trabalhos de levantamento topográfico, e posteriormente os planos de loteamento, construção de estradas e localização de núcleos urbanos.

Muller (1963) pontua que os loteamentos tiveram início no ano de 1933, sendo que o tamanho do lote variava de acordo com a localização, visto que, os que se encontravam próximo aos núcleos urbanos variavam entre 01 e 05 alqueires, enquanto que nas áreas mais afastadas poderia atingir de 5 a 10.

A colonização intensiva se deu em moldes modernos a partir de 1929, sendo parte da região obra da Companhia de Terras Norte do Paraná, na qual a estrutura fundiária teve participação das pequenas propriedades, sendo a atividade cafeeira a base de sustentação (ALMEIDA, 2010, p. 16).

Surgiram alguns núcleos urbanos, como Santo Antônio da Platina (1866), São José da Boa Vista (1867) e Venceslau Brás (1867). Essa ocupação se deu de maneira acelerada e desordenada, preocupando as autoridades, levando-os a requerer ao Congresso Legislativo do Paraná a aprovação de uma lei que regulamentasse as vendas das terras devolutas do Estado situadas no vale do rio Paranapanema, visando inibir as invasões (ALMEIDA, 2010).

O crescimento da região da AMUSEP se intensificou nas décadas de 1940, 1950 e 1960, quando o Norte do Paraná tornou-se um grande produtor de café. A partir de 1970, com a crise na agricultura, reduziu-se o trabalho no campo, fazendo com que grande parte da população rural migrasse para os centros urbanos,

aumentado os problemas das cidades e exigindo um novo comportamento das administrações municipais quanto ao planejamento urbano.

A partir dessa nova realidade, surgiu a necessidade de organização dos municípios. Foi assim que, entre as entidades representativas dos municípios, no Norte e Noroeste do Paraná surgiram a Associação dos municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP; a Associação dos municípios do Noroeste Paranaense – AMUNPAR; a Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão – COMCAM; a Associação dos municípios Entre Rios – AMERIOS, entre outras.

Nesta pesquisa a área de abrangência refere-se a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, que foi fundada, no dia 29 de março de 1972, instituição que objetiva, a reorganização das localidades mediante um planejamento regional que abrangesse as necessidades básicas dos cidadãos como saúde, segurança, educação e saneamento básico.

O papel de sanar as necessidades básicas dos cidadãos seria do Estado, e visto que tem sido negligenciada, a AMUSEP visa contribuir com a organização desse território para que essas carências sejam minimizadas, atendendo desse modo os munícipes juntamente com a esfera estadual e municipal.

## **2.1 AMUSEP e sua esfera de atuação**

A região representada pela Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP foi colonizada de forma organizada, devido às extensas áreas de terra adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e ao trabalho precursor de seus técnicos, que dotaram os primeiros núcleos habitacionais de planejamento urbano e infraestrutura.

A região era ocupada em grande parte pela floresta estacional semidecidual nas bacias do Rio Paranapanema, Ivaí, Pirapó e seus afluentes com formação florestal

relativamente homogênea e pobre em diversidade. Pertence as bacias do rio Ivaí e Pirapó, sendo que o rio Pirapó tem 168 quilômetros de extensão tendo uma rede de drenagem de cinco mil quilômetros e tem grande importância para a região por ser o manancial de abastecimento de Maringá, tornando-se objeto de programas estaduais para recomposição de sua mata ciliar.

O rio Ivaí com 560 quilômetros de extensão possui potencial de navegabilidade e geração de energia sendo objeto de estudos e levantamentos com o intuito de seu aproveitamento múltiplo. A fauna da região pertence à Província Zoogeográfica Guaraní caracterizando a presença de animais de pequeno porte, sendo que os reduzidos remanescentes florestais da região comprometem a sobrevivência de grande parte das espécies devido à falta de continuidade dos mesmos.

O substrato geológico da área é constituído por rochas vulcânicas (basaltos) da Formação Serra Geral, Grupo São Bento, e arenitos da Formação Caiuá, predominantemente, e também manchas menores de arenitos das Formações Santo Anastácio e Adamantina, no setor noroeste da área, todas componentes do Grupo Bauru (MINEROPAR, 2001). Os basaltos dominam na porção sul, enquanto que os arenitos aparecem ao norte. Essa variação litológica resulta, também, em uma variação de solos: ao norte, sobre os arenitos, ocorrem Latossolos Vermelhos distróficos de textura média e Argissolos Vermelho-amarelos, que apresentam baixa fertilidade natural e alta suscetibilidade a erosão; sobre o basalto, os solos são predominantemente os Nitossolos Vermelhos eutroféricos ocorrendo ao lado de Latossolos Vermelhos férricos (distróficos e eutroféricos), ambos de textura argilosa e com boa fertilidade natural. Neossolos Litólicos aparecem em algumas zonas, sobretudo nas áreas de domínio do basalto, associados aos terrenos de maior declividade (IAPAR, ). O relevo se caracteriza por ser relativamente baixo e com altitudes oscilando entre 300 e 650 metros. Corresponde a um setor do planalto de Apucarana, caracterizado pela presença de pequenos espigões que constituem divisores de água secundários e suaves colinas e platôs recortados por vales mais fundos em direção ao Rio Ivaí. Desta forma, o relevo varia de plano a suave ondulado.

A área de abrangência da AMUSEP é composta por 30 municípios com aproximadamente 700 mil habitantes, ocupando uma área total de 6.997km<sup>2</sup>, de modo que a maioria desses municípios possui população inferior a 20 mil habitantes, (AMUSEP, 2010), se destacando atualmente por ser a segunda maior rede de cidades do Estado do Paraná.

Os municípios que compõem essa área de abrangência são: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor, como mostra a figura 1.

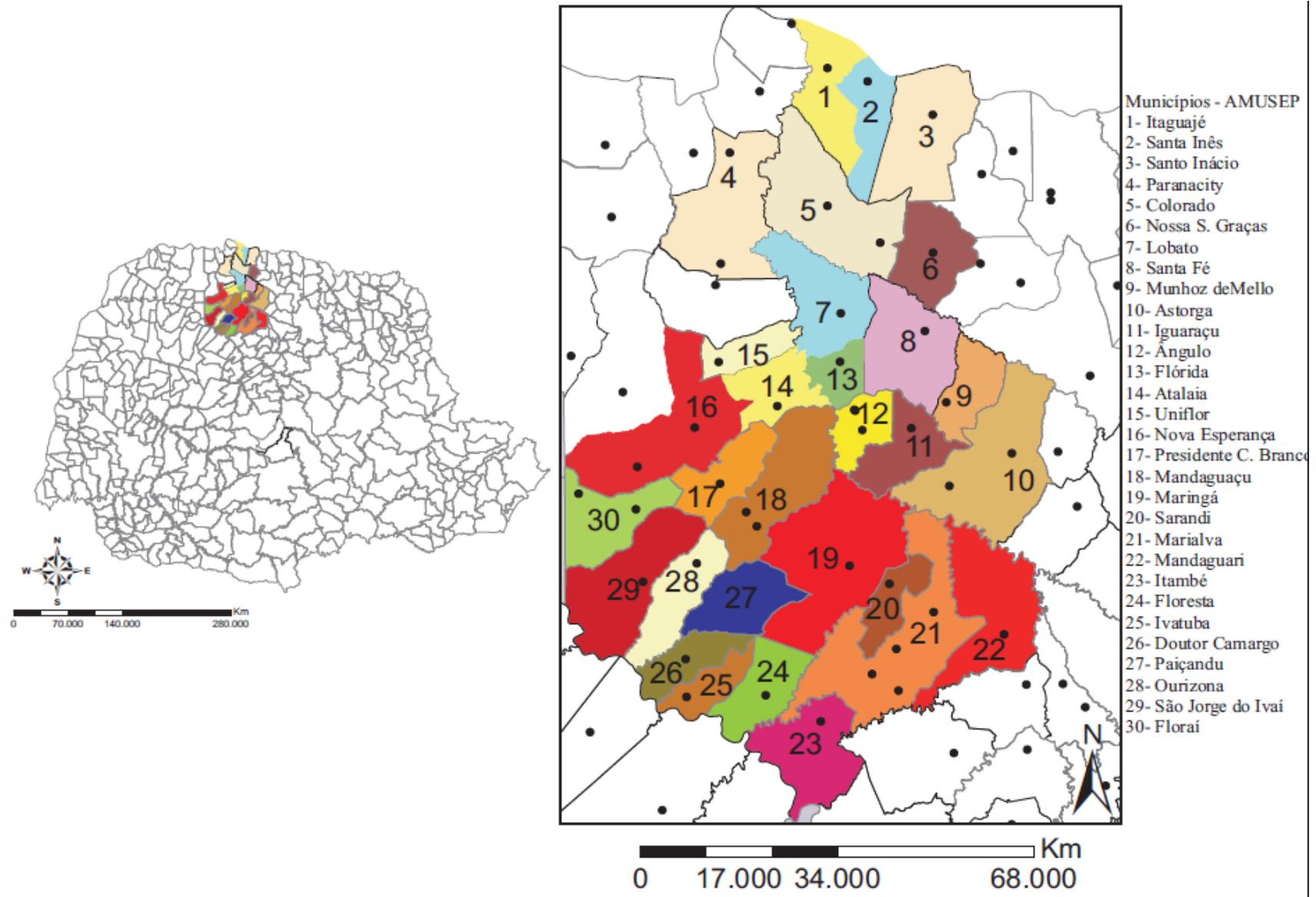


Figura 1 - Localização da região da Amusep.

De acordo com o IBGE (2000), os municípios são ordenados segundo mesorregiões e microrregiões geográficas, sendo que a área de atuação da associação localiza-se nas mesorregiões noroeste e norte paranaense.

A mesorregião geográfica noroeste paranaense - 1 se localiza na microrregião geográfica de Paranaíba, MGR-1 (Paranacity), conforme figura que encontra-se no anexo A. As demais localidades localizam-se na mesorregião geográfica Norte Central Paranaense - 3, situada na microrregião geográfica de Astorga, MGR-3 (Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Lobato, Mandaguaçu, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, Uniflor e Nova Esperança).

Encontramos ainda, a microrregião geográfica de Floraí, MGR-8 (Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Itambé, Ivatuba, Ourizona e São Jorge do Ivaí) e a microrregião geográfica de Maringá, MGR-9 (Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi).

No final de 2001, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Região da AMUSEP, denominado PRÓ-AMUSEP, com a participação de parceiros considerados estratégicos, sendo eles Universidade Estadual de Maringá (UEM), o Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), a EMATER, o SEBRAE-PR, o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM).

Segundo a AMUSEP (2010), o Programa de Desenvolvimento da Região, objetiva promover a transformação econômica e social dos municípios, buscando a inclusão de todos e estimulando a participação da comunidade para melhorar os indicadores de qualidade de vida.

Com esse propósito pretende implantar políticas públicas nos municípios para o favorecimento da agroindústria de pequeno porte através da autogestão e sustentabilidade das cidades.

As ações do programa abrangem os mais variados campos, de cursos a desenvolvimento de produtos, realizadas para fortalecer as empresas e estimular a abertura e a manutenção de postos de trabalho.

De acordo com dados da CEPPA (2008), a infraestrutura da região favorece seu desenvolvimento econômico com malha viária atendendo a todos os municípios. O principal eixo que corta o território é o anel de integração no trecho da BR 376

(Maringá-Mandaguari), e PR 317 oferecendo acesso à Curitiba por Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, concentrando um grande número de indústrias.

Possui como referencia o aeroporto de Maringá para transporte aéreo e malha ferroviária com importante posto avançado servindo todo Norte - Noroeste do Paraná com o transporte de cargas. No município de Maringá, encontra-se também o Porto Seco, Zona de Processamento Aduaneiro – ZPA.

Na disposição de serviços de energia a região é bem atendida com altos índices de eletrificação rural e urbana. Segundo a CEPPA (2008), a área de abrangência da entidade tem como principal atividade a produção agrícola extensiva de grãos como a soja e o milho.

Mediante a todos os aspectos mencionados, a AMUSEP tornou-se um modelo de associação, que tem contribuído para uma nova etapa no desenvolvimento regional, qualificando agentes, trabalhando com crianças e jovens e proporcionando assessoria e consultoria para micro e pequenas empresas e para a agricultura familiar.

### 3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE

Normalmente, a nomenclatura rural é definido pelo poder público (critério administrativo) de acordo com suas carências (menor densidade populacional e baixa infra-estrutura) e por meio de um enfoque setorial (produção de alimentos e matérias-primas), não considerando seus aspectos geográficos, culturais e sociais (Silva, 2007).

A partir dessa premissa, Schneider (2003) ressalta que o rural não se restringe somente às atividades agrícolas, envolvendo também as representações sociais, famílias rurais, tradições, condições históricas e sua espacialização, patrimônio cultural, e a natureza, vista como um ambiente a ser conservado, pois sua utilização é crescente na constituição de espaços transformadores, seja para lazer, moradia ou turismo. É notório observar que a posse da terra e a organização produtiva familiar precedem a qualquer tipo de estratégia que combine atividades agrícolas e não-agrícolas.

Assim, explana-se uma conceituação do rural próxima das especificidades que as sociedades rurais apresentam, mas sem perder de vista sua operacionalidade, devendo referir-se a um território no qual predominam os vínculos com a natureza, ocorra relativa dispersão populacional, dependência com as atividades urbanas (principalmente relacionadas aos serviços) e relações sociais capazes de constituir um tecido social diferenciado (SILVA, 2007).

Com o desenvolvimento industrial e o conseqüente crescimento das cidades, a agricultura foi se transformando e adaptando-se à realidade presente, onde rural necessita desenvolver atividades não agrícolas para poder sobrevier (OLIVEIRA, 2007). Nessa perspectiva, Blum (2001) assinala que as tendências da agricultura estão engajadas em um cenário de modificações aceleradas, uma vez que a nível mundial o processo contínuo de industrialização do campo apresenta transformações nas relações de produção na agricultura.

Complementando, Mendras (1969), aborda que a modernização possui um significado de equilíbrio e estabilidade, e não superação das estruturas sociais do campo, pois raros são aqueles que têm compreendido que deviam se instalar na mudança.

Nesse sentido, os processos de descentralização e industrialização corroboram para a multiplicidade de atividades no campo, dentro da lógica de ampliação da margem de lucro.

Assim a emergência de atividades diversificadas na área rural pauta-se também a uma forma de resistência à expansão das formas capitalistas de exploração (ALENTEJANO, 2001).

Deste modo, a agricultura familiar vem se firmando como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro; na busca de sua reprodução e sobrevivência tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial em face da diminuição da jornada de trabalho na propriedade favorecida pela incorporação de tecnologias de produção. Além da liberação de membros da família para exercerem outras atividades agrícolas e não-agrícolas, complementando a renda familiar, fenômeno denominado pluriatividade.

Assim, a administração familiar abrange todas as atividades desempenhadas pelos seus membros englobando as atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que as atividades não-agrícolas praticadas dentro e fora das propriedades correspondem a uma estratégia para o aumento da rentabilidade (CHAYANOV, 1974).

Esse fenômeno se expandiu, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural e pelas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. Oliveira (2007) expõe que, uma das características das relações de produção no campo decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem uma função significativa, uma vez que no Brasil ela representa mais de 80% da mão de obra empregada na agricultura.

Para o mesmo autor, nos 4,3 milhões de estabelecimentos com área de até 100 hectares, nos anos de 1995/1996, 88% do pessoal ocupado era de origem familiar, sendo que o trabalho assalariado representava os 12% restantes, realidade que se contrapõe com os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, no qual o trabalho assalariado representava 81% no território nacional.

De acordo com Wanderley (2001), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento, sendo classificada de vários

modos por diferentes autores e instituições, dependendo da região do país que se encontra.

### **3.1 A Agricultura Familiar e as atividades pluriativas**

O agricultor familiar procura adotar estratégias e acionar formas de racionalidades plausíveis, enfrentando os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis (TEDESCO, 1999). Desse modo, a incidência de atividades não-agrícolas representa para o espaço rural, uma revitalização de suas atividades produtivas com a finalidade de atender a novas demandas, como o turismo no espaço rural, ecoturismo, gastronomia, artesanato, folclore, entre outros.

Contudo, não significa que o rural como produtor agrícola desapareceu, pois suas atribuições tradicionais persistem em diferentes escalas e níveis de relevância (SILVA, 2007).

Desse modo, Schneider (2003) coloca que a pluriatividade é a combinação constante entre as atividades agrícolas e não-agrícolas, refere-se do mesmo modo à emergência de situações sociais em que os sujeitos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não fundamentalmente vinculadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

As formas de organização pluriativas referem-se às situações sociais em que, os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, agrícolas e não-agrícolas, ou seja, não necessariamente ligadas à agricultura. Visto que o crescimento dessas atividades não-agrícolas temporárias ou não, realizadas dentro e fora das propriedades correspondem a um dos principais fatores de fixação das populações rurais no campo (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

No Brasil, a discussão acerca da questão da pluriatividade é recente e limitada, já que passou a ser vista a partir da década de 1990. Todavia, na Europa,

vem sendo difundido desde a década de 1980. Carneiro, citado por Alentejano (2001, p. 151) postula que,

“Como resultado de um processo historicamente datado que começa com o estabelecimento de um modelo ideal de exploração agrícola, se apoiando sobre a especialização da produção (e do trabalho) e sobre a produtividade, a pluriatividade dos tempos modernos se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-industrialização. Nesses termos, ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da agricultura, como demonstram os sociólogos, os economistas, os agrônomos.”

Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a expansão das unidades familiares pluriativas, porque, não raramente, uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural dedicar-se-á a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades.

A pluriatividade permite reconceituar à propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER, 1990, p. 367).

Assim, a pluriatividade refere-se às atividades não-agrícolas realizadas dentro e fora das unidades produtivas, nas quais os produtores rurais necessitam aumentar a renda, visto que a tendência é a de que o número de pessoas residentes na propriedade aumente com o decorrer do tempo. Neste caso, as atividades agrícolas existentes não são suficientes para sanar as necessidades de todos os membros da família, além dos aspectos demográficos que contam com o aumento da expectativa de vida e número de aposentados.

Teixeira (1996) observa também que aspectos como a partilha por herança, a presença na unidade familiar de um número de consumidores superior ao de produtores, a valorização das terras pela especulação imobiliária ligada à atividade turística, a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, as dificuldades de comercialização e os baixos preços agrícolas, principalmente após o plano real, dificultam cada vez mais a manutenção da agricultura familiar, ocasionando o desenvolvimento, além do êxodo rural, da pluriatividade.

Schneider (2006) avança que o espaço rural passa a ter outras funções que não apenas aquelas relacionadas à agricultura voltadas à produção de alimentos, fibras e matérias-primas, que obviamente continuam a ter importância decisiva, mas não mais exclusiva.

De outro prisma, Alentejano (2001) alega que, uma vez que não se tem a preservação do patrimônio familiar, depara-se com a situação dos pequenos proprietários que se desfazem de suas terras e passam a trabalhar nessas propriedades como caseiros, o que, na perspectiva desses se justifica pela garantia de uma renda estável.

É preciso compreender que a partir dessas mudanças surge uma nova concepção da ruralidade, que transformou-se em um espaço em que o homem e o ambiente se integram através de múltiplos usos de caráter produtivo, social, lúdico e ambiental.

Os dados dos censos demográficos (1981, 1982 e 1999) e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNADs), dos últimos anos, indicam a existência de considerável avanço do trabalho não-agrícola no meio rural.

De acordo Schneider (2006), a população que mora no meio rural e trabalha em atividades agrícolas reduziu, passando de 11.192 mil em 1992 para 10.230 mil em 1999, uma redução de quase um milhão de pessoas. Não obstante, o comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas registrou aumento de 3,06 milhões de pessoas em 1981 para 3,49 em 1992, chegando a 4,62 milhões de pessoas em 1999, o que representou um acréscimo de mais de 1,5 milhões de postos de trabalho no período de duas décadas.

Nesse âmbito, verificamos que as oportunidades de trabalho no meio rural têm se multiplicado essencialmente através da diversificação de atividades, alterando o perfil do emprego nessas áreas. Os dados sobre a ocupação por famílias permitem constatar a expressiva quantidade de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas que se traduzem na pluriatividade familiar (SCHNEIDER, 2006).

Dentro desse contexto, podemos visualizar, através da Tabela 2, citada por Schneider (2006), que do total de 5.886 milhões de famílias brasileiras que em 2003 possuíam seus domicílios localizados excepcionalmente nas áreas rurais não-metropolitanas, 22% (1,281 milhão) eram pluriativas; 53% (3,112 milhões) estavam ocupadas em atividades agrícolas; e 15% (854 mil famílias) ocupavam-se em atividades exclusivamente não-agrícolas.

O autor ainda ressalta que o meio rural brasileiro já não é mais formado apenas por famílias que trabalham em atividades agrícolas, haja vista uma parcela expressiva (22%) combina as atividades agrícolas com não-agrícolas, configurando-se a pluriatividade, e outra menor (15%) habita no meio rural, porém trabalha exclusivamente em atividades não-agrícolas.

**Tabela 1 - Brasil. Distribuição das famílias domiciliadas nas áreas rurais não-metropolitana segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2003.**

<b>Tipos de Famílias</b>	<b>Total (em 1.000 famílias)</b>	<b>%</b>
<b>Agrícola</b>	3.112	53
<b>Pluriativa</b>	1.281	22
<b>Não-agrícola</b>	854	15
<b>Não-Ocupada</b>	639	11
<b>Total de Famílias</b>	5.886	100

Fonte: GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. E. e CAMPANHOLA, C. (2005).

Contudo, não se deve considerar a pluriatividade como a única saída, pois, em algumas regiões as condições para o desenvolvimento desta atividade, não estão presentes, ao passo que as potencialidades da produção agrícola podem produzir resultados melhores, desde que apoiadas por políticas voltadas para a agricultura familiar (SILVA, 2007).

“A pluriatividade não é a única via, muitas vezes as condições para o seu desenvolvimento são inexistentes, ao passo que o fortalecimento da produção agrícola pode ser muito mais proveitosa, desde que sejam apoiadas com políticas adequadas (ALENTEJANO, 2001, p.169).”

Nesse contexto, Teixeira (1998) afirma que a tendência é a crescente importância da atividade turística em detrimento da atividade agrícola, sendo explicada como uma consequência das políticas de modernização agrícola adotadas pelo Estado, nas quais esse segmento de pequenos produtores não foi privilegiado. Destarte, em alguns casos o exercício da pluriatividade aparece como uma alternativa de renda, permitindo a perseverança do patrimônio familiar e a manutenção da atividade agrícola.

Dentre as atividades não-agrícolas, destaca-se também o turismo no espaço rural, no qual os produtores aliam a agricultura a atividades de comércio, bares, restaurantes rurais, pousadas rurais, pesque e pague, venda de produtos artesanais, entre outros.

Mediante o exposto, é notório colocar que muitas vezes o turismo no espaço rural é realizado por empreendedores que não possuem procedência no meio rural, mas empresários de origem urbana que apreendem o meio rural como uma oportunidade de investimento e encontram no campo condições de mercado ideais para conduzir seus negócios, como valor dos imóveis, disponibilidade de matéria-prima e potencial de mercado consumidor (SILVA, 2007).

### **3.1.1 Caracterização da agricultura familiar**

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996) proferiam que a agricultura familiar é definida com base em três aspectos: a gerência da propriedade rural é realizada pela família, o trabalho é realizado em sua maior parte também pela família, os fatores de produção pertencem à família (exceção, às

vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (BLUM, 2001).

“A agricultura familiar é realizada por pequenos proprietários materializada sob diferentes modalidades, como assentados, arrendatários, posseiros, sem-terra, agricultores integrados à agroindústria, farmers<sup>1</sup>, camponeses, entre outros. Nesse processo, cabe à família rural a organização das tarefas domésticas, a divisão do trabalho e o direcionamento das rendas (individuais e coletivas). Sua estruturação se fundamenta na definição de estratégias que garantam a sua reprodução como indivíduos, mas com a primazia da sobrevivência da família (SILVA, 2007, p.45-46).”

Em sua essência, a unidade familiar de produção tem o uso da força de trabalho familiar, ocorrendo esporadicamente a contratação de trabalho temporário, não retirando as características da agricultura familiar.

“A contratação eventual de trabalhadores e a efetuação de estratégias que determinam a reprodução de práticas não-agrícolas não são suficientes para categorizar compulsoriamente os agricultores como capitalistas, pois determinadas formas sociais relacionam-se com o modo de produção dominante sem que as relações que se estabelecem entre ambos sejam, a priori, de caráter capitalista” (SCHNEIDER, 2003 p. 96).

Do ponto de vista do agricultor, suas estratégias de reprodução em grande parte se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Wanderley (2001) define o agricultor familiar como todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda, sendo superior a 80%, e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da

---

<sup>1</sup> Camponeses mais ricos, pequenos capitalistas rurais (SILVA, 2007, p.51).

família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar, em caso de contratação de força de trabalho permanente, externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Blum (2001, p. 63) propala que a lei nº 4 504, de 30 de novembro de 1964, citada por Oliveira (1996) e Borges (1996), delibera que a propriedade familiar é o:

“imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros”.

O mesmo autor destaca que, além dos aspectos determinados como base para definir a agricultura familiar, como a gerência da propriedade, renda proveniente no mínimo de 80% da atividade agrícola, contratação de trabalho assalariado permanente limitado a um empregado, ou temporário limitado a quatro empregados, dever-se-ia pautar-se também na extensão territorial da propriedade. Na qual, considera fundamental observar que para se caracterizar como propriedade familiar é necessário a família morar e viver na comunidade rural, participando de suas atividades socioeconômicas.

Gollo e Konzen apud Blum (2001 p. 67) afirmam que a pequena produção possui uma série de características: pouca disponibilidade de terra (menos de 50 ha), emprego de mão-de-obra familiar, prática da policultura de forma isolada ou em consorciação, insuficiência de capital, utilização de baixo nível tecnológico, baixa produtividade do trabalho e, em consequência, baixo nível de renda.

Molina (1979) classifica a empresa familiar como aquela que, baseia-se no trabalho da família, podendo ter empregados, desde que haja predominância do trabalho familiar, sendo que os proprietários residam na propriedade, use usa insumos e tecnologia modernos, aproveitando totalmente suas terras com atividades de produção de valores de troca.

Para o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – Pronaf, a agricultura familiar é caracterizada por algumas condições (PRONAF, 2010, p.9):

- explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais;
- renda bruta anual do grupo familiar inferior a R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Atividades não-agropecuárias são os serviços relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio e outros serviços no campo que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar;
- a família, realmente, trabalha na exploração da propriedade rural. Só podem ser mantidos até dois empregados; eventualmente, em épocas de plantio e colheita, é permitida mão-de-obra temporária.

Mediante as variadas conceituações sobre a agricultura familiar abordadas por diversos autores, cabe ressaltar que na região da AMUSEP essa categoria possui características que se diferem do dito agricultor familiar convencional, visto que muitos já não residem na propriedade. Vale considerar também o fato da atividade agropecuária não ser mais a responsável por no mínimo 80% da renda familiar, considerando que a maioria dos agricultores desenvolve atividades não agrícolas e que estas contribuem consideravelmente para a manutenção da propriedade.

## 4 TURISMO E TERRITORIALIDADE

Historicamente, o capitalismo industrial contribuiu significativamente para o fortalecimento do turismo, pois as pesquisas tecnológicas levaram à construção de maquinário para equipamento de navios, locomotivas, enfim, de recursos de engenharia e arquitetura que revolucionaram a construção civil, tornando mais confortáveis os meios de hospedagem e mais rápidos e seguros os meios de transporte (SENAC, 1998). Além disso, a conseqüente melhoria de vida dá origem a uma sociedade capitalista que acredita na necessidade do entretenimento, do prazer, e do aproveitamento da vida durante um tempo livre para a reposição de forças despendidas pelo trabalho.

O tempo de trabalho de oito horas diárias durante seis dias na semana, as férias remuneradas, e os seguros sociais, proporcionaram ao trabalhador um tempo livre nunca antes concedido. Segundo Trigo (2003), isso foi possível graças ao entendimento de alguns capitalistas, como Henry Ford, de que os operários deveriam ter um salário mais digno e tempo livre para aumentar o mercado de consumo e, conseqüentemente, os lucros dos empresários. Com isso, a consolidação do turismo de massa <sup>2</sup> foi inevitável, proporcionando às classes menos favorecidas viagens que possibilitaram o enriquecimento do conhecimento e da cultura de toda a civilização.

Outros fatores que estimularam o crescimento do turismo ressalta Barreto (1998), foram a segurança, salubridade e alfabetização. O primeiro fator foi estabelecido pela implantação de mais policiamento, o segundo priorizou o tratamento de água e esgoto, antes responsável por doenças como cólera e tifo, e o terceiro fator, permitiu maior informação dos leitores por meio da internet, que, por sua vez, motivaram-se a viajar. O mesmo autor salienta que no período entre -

---

<sup>2</sup> Turismo de Massa reúne os estratos que formam a classe média, incluindo aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam de relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato da demanda por turismo é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e conseqüentemente o incentivador e propulsor da expansão da infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala (BENI, 2007).

guerras, além de beneficiarem a sociedade com novas tecnologias automotoras, as férias passaram a ser remuneradas, induzindo todos, desde os menos favorecidos até as classes mais altas, a realizarem um planejamento das suas viagens de férias e atividades de lazer.

A atividade turística é composta por uma combinação de produtos e serviços ofertados para satisfazer às expectativas dos visitantes, sendo que a qualidade do turismo depende, não só dos atrativos principais oferecidos no local, mas também da infra-estrutura e comodidade disponíveis. De acordo com Borazzio (2005) o turismo é uma atividade que movimenta toda a economia do local visitado, gerando renda, empregos entre outros, e envolve diversas áreas sejam elas: social, cultural, ecológico, desportista, medicinal e de lazer, portanto, trata-se de uma atividade que gera lucro, sendo uma forma de lazer para quem se desloca e de trabalho para quem recebe os turistas.

Quando se trata do lazer, é notório colocar que possui um sentido de liberação das obrigações sociais impostas pela família, pelas instituições políticas e religiosas, não é a ociosidade, do mesmo modo não suprime o trabalho, simplesmente o pressupõe (OURIQUES, 2005).

Ouriques (2005), alega que existe uma distinção entre tempo livre e ócio<sup>3</sup> e a associação entre tempo livre e tempo de trabalho, visto que o ócio é entendido enquanto não fazer coisa alguma, e o lazer pressupõe algum tipo de atividade.

As atividades turísticas e de lazer realizam-se nos espaços geográficos, urbanos ou rurais, que são formas de ordenamento espacial com características específicas. Segundo Coriolano (2005), o espaço geográfico é o lugar da reprodução da sociedade.

“o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (SANTOS, 1985, p. 1).

---

<sup>3</sup> O ócio é tratado detalhadamente na obra intitulada “O Direito a Preguiça” de LAFARGUE, Paul (São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999).

O espaço geográfico é constituído por relações de produção e relações sociais, é a natureza modificada pelo homem através do trabalho, na qual as relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. Um espaço apropriado torna-se um território, expressão de poder político, proclamando também poder através do sentido mais simbólico, de apropriação por meio das representações sociais<sup>4</sup>.

Historicamente, a concepção de território associa-se à ideia de natureza e sociedade conformadas por um limite de poder (SUERTEGARAY, 2001), sendo o mesmo, tratado como ênfase político-administrativa, ou seja, como o território nacional, espaço físico, onde se encontra uma nação, um espaço no qual se delimita uma ordem jurídica e política, medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

“(...) considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (DIRETRIZES..., 2010, p. 12).

Para Santos (2002), território é o chão somado à população, ou seja, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, é à base do trabalho, da moradia, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi.

Nesse sentido, Saque (2005), retrata o território como materialidade e imaterialidade ao mesmo tempo, não sendo apenas substrato ou formas nem apenas relações sociais. O mesmo autor coloca que o território e a territorialidade são multidimensionais e inerentes à vida em sociedade, sendo a construção do

---

<sup>4</sup> Moscovici, citado por Rossato (2003), propõe que as representações sociais se expressam através de um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso das comunicações interpessoais e que são equivalentes em nossa sociedade aos mitos ou sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podendo ser vistas como uma versão contemporânea do sentido comum.

território interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, na qual a territorialidade se manifesta em distintas escalas espaciais e sociais e varia no tempo.

Raffestin (1993) pontua que é necessário compreender que o espaço é anterior ao território, já que o território se forma a partir do espaço, e que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, se dá a territorialidade. Para o autor,

“(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.” (Raffestin 1993. p. 158).

A territorialidade demonstra a mediação entre os grupos humanos, entre a sociedade e o espaço. Como expressa Santos e Silveira (2001), o território é visto pelo seu papel ativo como agente de transformação social, assumindo a conotação de ator e não apenas como um receptáculo da ação humana.

“A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORIOLANO, 2005, p.26).

Para Saque (2005), a territorialidade excede as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais envolvendo ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s).

O mesmo autor expõe que o território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares.

Coriolano (2005) registra que as territorialidades são formas de poder por apropriações espaciais e formas de resistências em territórios nacionais, nos quais o território é o espaço de relações e disputas de poder entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho. A territorialidade é resultante da expansão e acumulação do capital, da evolução do modo de vida, da própria civilização, que foi criando e sofisticando a indústria, as técnicas, os transportes, o comércio, a propaganda, os serviços e as formas de lazer inventando o turismo.

Neste sentido, a prática do turismo apropria-se dos espaços, conferindo-lhes novos significados, e a dinâmica da produção de territórios turísticos vai incorporando novos espaços, nas quais a intensificação do uso turístico de determinada porção do espaço geográfico resulta na introdução, multiplicação e, em geral, na concentração espacial de objetos cuja função é adquirida pelo desenvolvimento da atividade, resultando nos processos de territorialidades.

O turismo é uma atividade geoeconômica expressiva na contemporaneidade, envolvendo as pessoas nos espaços naturais e produzidos (CORIOLANO, 2005), onde se destaca os meios de hospedagem, os equipamentos de lazer, a prestação de serviços e a infraestrutura para atender à demanda.

“O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo ou inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (Organização..., p.38. 2001).

Nesse processo de territorialização dos espaços pela prática do turismo está a gênese dos territórios turísticos. Coriolano (2005, p. 26) postula que o “território turístico ocorre quando o lugar torna-se recurso capaz de gerar relações turísticas, se dá o uso do espaço, formando territorialidades”.

O território turístico resulta da prática turística, pois ao mesmo tempo em que se concretiza é transformado por ela e para que muitos se divirtam em um território turístico, outros tantos estão trabalhando, além do que o sujeito pode estar

trabalhando e praticando o lazer, como nas viagens de turismo de negócios<sup>5</sup> (RODRIGUES, 2006).

Nesse contexto, pode – se citar como exemplo as propriedades identificadas para a realização da pesquisa, pois ao mesmo tempo em que a família vinculada à agricultura familiar está trabalhando, os visitantes dispõem de atividades de lazer, gastronomia entre outros.

A dinâmica do turismo se expressa na vida social e nos territórios, na medida em que a mobilidade de grupos humanos entre diferentes lugares provoca a construção de novos espaços, assim como induz mudanças em tantos outros. O turismo gera renda, provoca abertura de emprego, exige novas funções na vida social e produtiva, estimula a vitalidade dos valores culturais, além de fortalecer os vínculos entre os lugares.

A atividade turística se caracteriza pelo expressivo dinamismo ao qual está subordinado. Nesse contexto, surgem novos produtos opostos ao turismo convencional (turismo de sol e praia<sup>6</sup>), oferecendo aos visitantes cultura e tradição, tratamento personalizado, caseiro artesanal, familiar, hospitaleiro, incluindo comida da avó, pães artesanais, enfim, aspectos que lembram o passado pelo ar de nostalgia que proporcionam.

No entanto, Rodrigues (2006) apresenta dois modelos territoriais de turismo, os quais se mostram em um primeiro momento excludentes, uma vez que são opostos, sendo um denominado modelo economicista e o outro modelo humanista. Em consonância com a autora, o modelo economicista reporta-se a um exemplo característico de território descontínuo reticular, de tessitura complexa, de caráter funcional e mercantil que associa o turismo local-regional ao contexto do mercado global.

A segunda proposta é o território entendido como abrigo e recurso, repleto de simbologia, no qual predominam as relações de poder local, pois a comunidade

---

<sup>5</sup> Turismo de Negócios, conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (BRASIL, 2008).

<sup>6</sup> Turismo de sol e praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (MTUR, 2005).

estaria inserida no processo de desenvolvimento do turismo economicamente e socialmente.

No modelo economicista, os megaempreendimentos subordinados à lógica mercantil criam novas funcionalidades territoriais, desestruturando, na maior parte das vezes, a organização da sociedade local, determinando novos valores ambientais e socioculturais, desenhando de maneira arbitrária e autoritária novas territorialidades. Assim, o turismo, para se produzir, segue a lógica do capitalismo, já que poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos, apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias.

Por outro prisma, Rodrigues (2006, p. 309) aponta um modelo territorial de turismo nomeado humanista, que é idealizado, implantado e gerido pelos vários segmentos que formam a população local, mobilizando recursos endógenos. Nesta linha de pensamento, a autora se pauta na idéia de Boiser, afirmando que um dos fatores necessários para o desenvolvimento é o marco material ou instrumental, que reúne recursos materiais, condições de emprego com dignidade, distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto, incentivando o resgate dos saberes tradicionais, elementos considerados por ela fundamentais para empreendimentos de turismo rural.

Para Boisier (2006), o centro do desenvolvimento precisa acontecer mediante a valorização do ser humano enquanto ser individual e social, colocando como prioridade a possibilidade de todo indivíduo alcançar sua plena dignidade, como sujeito do desenvolvimento.

Nesse contexto, Rodrigues (2006) coloca que os empreendedores locais, qualquer que seja sua modalidade, podem contribuir para a expansão do sistema local, dessa maneira os vários segmentos envolvidos no turismo necessitam negociar suas estratégias para incluir a população no processo de desenvolvimento. Assim, a autora afirma que a pluriatividade possibilita manobras ao território atribuindo-lhes maior autonomia.

Podemos citar como exemplos, as feiras<sup>7</sup> de produtos artesanais e agroindustriais, em eventos locais, oferecendo a oportunidade para a população, especialmente a rural participar do processo produtivo do turismo por intermédio da comercialização de seus produtos para os visitantes. Além da valorização da cultura e gastronomia local, possibilitando também a interação dos visitantes com o meio até então desconhecido.

Nos empreendimentos a mão de obra pode ser local, oportunizando a comunidade participar dos benefícios que o desenvolvimento da atividade oferece, visto que gera empregos diretos e indiretos.

Nessa perspectiva, não devemos negligenciar o papel da população residente necessária aos territórios turísticos com fins de trabalho, trazendo pouca ou nenhuma qualificação profissional, pouco ou nenhum recurso material, mas muita esperança de se engajar no mercado de trabalho formal ou informal (RODRIGUES, 2006).

A mesma autora registra que não há como afastar a análise do turismo da valorização do espaço e/ou do mundo da produção e das contradições do modelo de produção vigente, mas se podem obter resultados menos desiguais, já que os territórios turísticos passam a um só tempo, por serem dominados pelo capital e apropriados pelos interesses locais e dos trabalhadores.

Assim, a produção do espaço é determinada por relações sócio-espaciais e de poder, sendo o turismo uma prática de apropriação e de dominação de muitos territórios formando as territorialidades.

Dentre as várias formas de territorialidades do turismo, salientamos o turismo no espaço rural, o qual se refere à territorialidade de uma dimensão do espaço geográfico, já que, ao apropriar-se dos espaços rurais, o turismo impõe sua lógica de uso desses espaços, promovendo, em muitos casos, a reorganização desses ambientes para que ele possa acontecer. No próximo item, explanaremos, sobre o turismo no espaço rural, segmento da atividade turística abordada neste trabalho.

---

<sup>7</sup> As feiras têm como principal motivo a apresentação e/ou comercialização de produtos para o mercado interno e externo, abrangendo os setores econômicos da indústria, comércio, agricultura, pecuária e tecnologia, entre outros (BENI, 2007).

#### 4.1 A Atividade Turística e o Lazer no Espaço Rural

Na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rural é toda área ou espaço físico que estiver localizado fora do perímetro urbano, cuja definição é dada a partir da respectiva legislação municipal onde estiver situada. No entanto, vários estudiosos de diversas áreas propõem uma redefinição do rural de acordo com a vivência diária, cultura, densidade populacional, critérios demográficos e critérios ecológicos.

Nessa vertente, Rodrigues (2001) relata que o turismo rural surge da confluência de dois fatores fundamentais: de um lado, o crescimento da população urbana que se concentra em áreas metropolitanas densamente povoadas; e de outro, a necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural, o qual tem passado por rápidas e visíveis transformações.

Considerando que a Revolução Industrial, a explosão demográfica, o aparecimento dos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, televisão, cinema, transmissão via satélite, antena parabólica, infovia, imagem virtual e redes mundial de comunicação pessoal), os transportes modernos que romperam fronteiras antes intransponíveis conseguindo superar de certa forma a diferença radical entre o mundo urbano e rural, faz com que a mobilidade <sup>8</sup>(geográfica, ocupacional e social), crescente em nossa sociedade, produza desgaste psicológico, ocasionando o stress <sup>9</sup>, típico da civilização atual, considerada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, como a nova doença do século.

Doença que se refere ao acúmulo de trabalho, a dispersão de atividades, ao congestionamento e atropelo das grandes cidades, ao apelo da comunicação de massa, a degradação constante da ecologia, a celeridade da vida moderna, os temores e inquietudes geradas pela crise econômica que desencadeia a crise social,

---

<sup>8</sup> A mobilidade põe em contato muitas pessoas, amplia e enriquece as maneiras de pensar e atuar e como todo fenômeno sociológico é ambivalente, envolvendo elementos favoráveis e desfavoráveis (BENI, 2007).

<sup>9</sup> Stress, esgotamento psíquico produzido por sobrecarga de tensão nervosa devida ao excesso de trabalho (BENI, 2007).

entre outros aspectos, levam a sociedade a sofrer desse mal e buscar novas alternativas de escape (BENI, 2007).

O mesmo autor aborda que esses fatos provocam a necessidade vital de outra mobilidade, a do fim de semana para o necessário relaxamento e descanso, visto que no dia a dia do conglomerado urbano, congestionamentos, ruídos e contaminação atmosférica parecem ter se incorporado na vida dos cidadãos, sendo as atividades de lazer e turismo, no espaço rural, um alívio dessas tensões.

O início do turismo rural, de acordo com Portuguez (1999), começou com a prática de hospedagem em propriedades rurais nos Estados Unidos, cujo princípio deu-se através da necessidade de abrigar viajantes que circulavam por regiões norte-americanas pouco povoadas e de paisagens consideradas atrativas para o turismo.

Dessa maneira, a deficiência de meios de hospedagem nessas áreas teria instigado proprietários de fazendas a abrirem suas propriedades para o pouso daqueles viajantes, resultando no uso acidental dos estabelecimentos rurais como formas de acomodação, o que acabou gerando um novo segmento no mundo do turismo.

Deste modo, a origem do turismo rural se dá no desenvolvimento de uma oferta de serviços<sup>10</sup> de lazer e hospedagem em propriedades produtivas, mediante a introdução do turismo como alternativa de aumento de renda, de agregação de valor a terra e de meio de fixação dos trabalhadores rurais no campo em pequenas, médias e grandes propriedades. Acontece também em propriedades não-produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada.

O turismo no espaço rural é uma das atividades que se desenvolve, sobretudo, na França, Inglaterra e Portugal (CAVACO, 1999). No Brasil, essa atividade surge devido às transformações sociais e econômicas vivenciadas pela agricultura, apresentando um crescimento territorial considerável em todas as regiões do país.

---

<sup>10</sup> Os serviços nas atividades de turismo e lazer referem-se aos meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação, entre outros (BENI, 2007).

Diante dessa premissa, Rodrigues (2001) atesta que têm surgido novos usos do território, refletindo novas concepções de vida que, orquestradas com os novos anseios da sociedade pós-moderna, constroem novos valores, passando a existir os hotéis fazenda, os spas, restaurantes e bufês rurais, pesque-pagues, entre outros, oferecendo experiências ricas e repousantes.

As divergências quanto às características que compõem o turismo rural têm sido constantes na história, porque a atividade é caracterizada por complexidade, ambivalência e polissemia, iniciando-se pela falta de consenso na sua conceituação (RODRIGUES, 2001).

Avile e Requena (apud Ariento, Giuliani, Farah e Pizzinato, 2005), ressaltam que o que diferencia a oferta do Turismo Rural das outras formas de turismo nos espaços rurais é a preocupação de oferecer aos visitantes um contato único que permita a inserção no meio físico e humano, integrando-se a hábitos e crenças regionais essencialmente rurais. A EMBRATUR (2002) adotou um conceito de caráter mercadológico ao definir turismo rural como: um conjunto de atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo.

Há autores que detêm uma aceção ligada aos aspectos culturais como Vaz (1999), que afirma que o turismo rural diz respeito ao conjunto de atividades que compõem a vida no campo, envolvendo a experiência cotidiana das propriedades, o convívio, os passeios a cavalo e o sabor dos alimentos degustados diretamente da fonte. Dessa maneira, evidenciam o resgate da cultura vivenciada mediante as rodas de viola, os eventos religiosos que reuniam um número expressivo de pessoas da comunidade local e vizinhas, enfim, um reencontro com as raízes, fatores que fazem do turismo no espaço rural, hoje, uma realidade, especialmente na região da AMUSEP, caso deste estudo.

A dimensão espacial da atividade é considerada por autores como Beni (2007), que define o turismo rural como a denominação ao deslocamento de pessoas a espaço rural, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para contemplação dos cenários e instalações rurícolas.

Nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, turismo rural é entendido como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Os elementos que compõem a oferta para esse tipo de turismo são as atividades agropecuárias, a cultura das pessoas do campo e suas tradições, a gastronomia as atividades de ecoturismo, turismo de aventura, a hospedagem no meio rural, entre outras.

Para este estudo, é importante distinguir as variadas formas de turismo que se encontram no meio rural e seus segmentos, denominados turismo no espaço rural, que se diferem do turismo rural pelas atividades oferecidas aos turistas como forma de lazer. Enquanto o turismo rural proporciona atividades ligadas diretamente à lida no campo, os tipos de turismo no espaço rural oferecem também atividades esportivas e lúdicas voltadas à aventura, à ecologia e ao patrimônio cultural<sup>11</sup>.

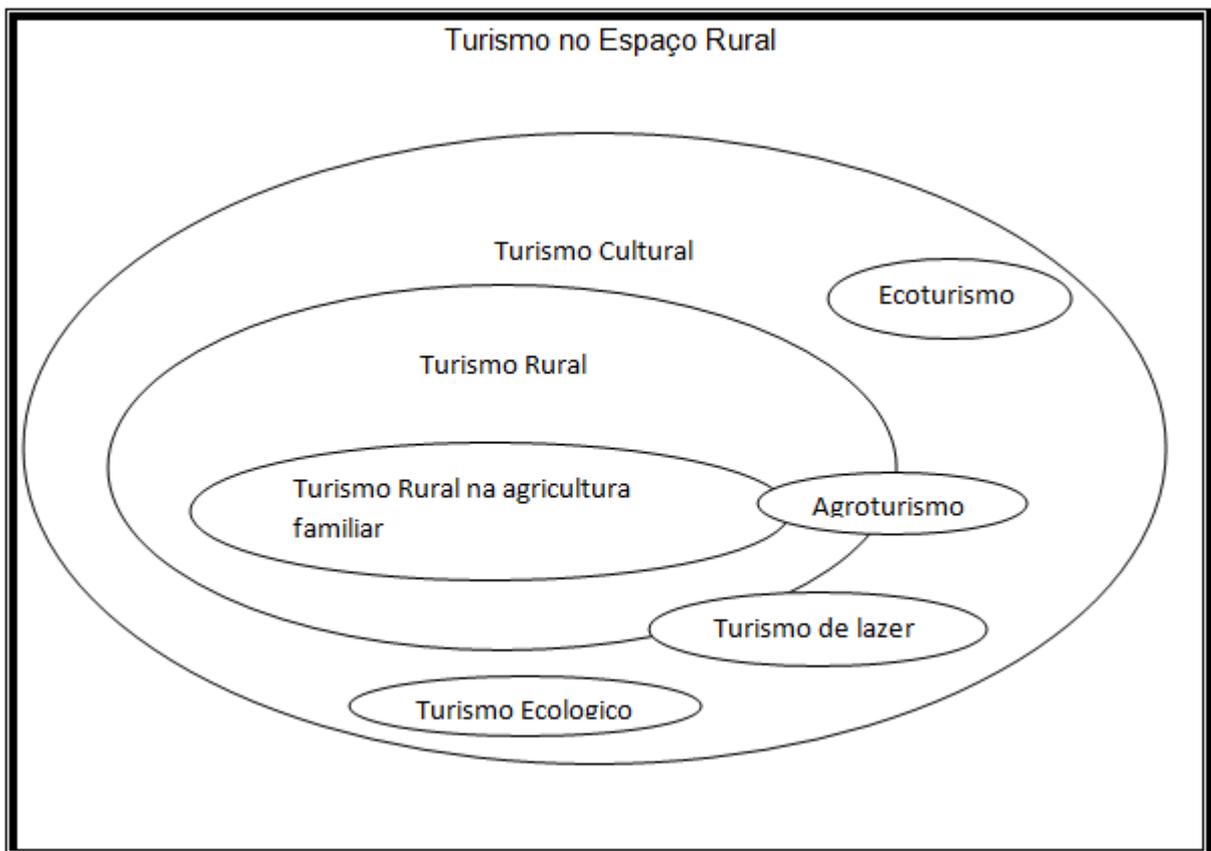
Partindo desse pressuposto, considera-se que toda forma de turismo rural é uma atividade turística no espaço rural, mas nem toda forma de turismo no espaço rural segue os moldes do turismo rural, podendo ter características urbanas. O Ministério do Turismo preconiza que o turismo no espaço rural refere-se a um recorte geográfico as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural, não sendo, necessariamente, Turismo Rural e sim atividades de lazer esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheios ao meio em que estão inseridos.

---

<sup>11</sup> O conceito de patrimônio cultural contemporâneo é entendido como um conjunto de símbolos, que precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendemos o seu significado. Nesse sentido, são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais. O grau de atratividade, isto é, pequena, média ou baixa, pode ser otimizada e não invalida a premissa. Conceito de identidade: regional, local (multicultural ou pluricultural). Poderá ser apropriado ou não, como nacional. Conceito de cultura: antropológico; amplo; sem divisões internas: erudito/popular/massas. Conceito de história: passado e presente; vir a ser que envolve todas as camadas da sociedade. Conceito de arte: ultrapassa a noção de belo; não tem como suporte apenas materiais nobres; liberdade de expressão; elaboração de propostas com incorporação tecnológica. Estado (do patrimônio): potencialidade; não oficial e socialmente reconhecido. Tendência: anseio social de conhecimento e preservação. Propriedade: oficial, particular e de denominações diversas de culto. Característica: reintegração das produções eruditas e populares; incorporação de bens gerados pela memória social; pelo imaginário do universo ficcional e pela cultura de massas, segundo a demanda social (CAMARGO, 2002, p.96-97).

“todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não”. (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998:14)

Diante do exposto, Lousada (2007) atesta que referente ao emprego da expressão “Turismo no Espaço Rural” ou “Turismo em Áreas Rurais”, é fato que este engloba uma série de segmentos turísticos que usam o suporte físico do meio rural para seu desenvolvimento, ou seja, o turismo rural é somente mais um dos diversos segmentos que fazem parte do fenômeno turismo no espaço rural, como evidencia a figura 2.



**Figura 2 - Inter-relação de abrangência entre as Tipologias e Segmentos Turísticos relacionados ao meio rural Fonte: (LOUSADA 2007, p. 71).**

Segundo Campanhola e Silva (2000), o turismo em áreas rurais se configura através do conjunto de todas as atividades realizadas no meio rural e abrange várias modalidades de turismo, como turismo verde, turismo cultural, ecológico, de aventura entre outros. A partir dessa premissa, as principais formas de turismo comumente realizadas nos espaços rurais são: o agroturismo, o turismo ecológico, o ecoturismo, o agroecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de recreação, entretenimento, turismo de eventos, turismo educacional/pedagógico, turismo paisagístico, turismo ecorrural, entre outros. Para Beni (2007):

- Agroturismo é o deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris. Nesse caso, a produção agropastoril, em escala econômica, representa a maior fonte de renda da propriedade, o turismo é como receita complementar e as atividades agropastoris constituem-se em si mesmas o principal diferencial turístico, sendo que o turista usufrui da autêntica experiência da vida no campo e da ruralidade.

- Turismo Ecológico é o deslocamento de pessoas a espaço naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da fauna e flora, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.

- Ecoturismo é o deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre a utilização controlada da área com planejamento e uso sustentável de seus recursos naturais e culturais.

- Agroecoturismo assemelha-se ao agroturismo, porém com maior ênfase e fruição da paisagem do entorno, principalmente do ambiente sociocultural da autêntica ruralidade.

- Turismo de Aventura é o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem roteiros programados, e ausência ou incipiência de equipamentos receptivos, motivadas pela atração exercida pelo desconhecido e desejo de enfrentar situações de desafio físico e emocional.

- Turismo de Recreação e Entretenimento é o deslocamento de pessoas em roteiros não-programados, em um raio inferior a 100 km de suas residências, em busca de lazer e atividades recreativas como rodeios, pesca recreativa, parques aquáticos, entre outros.

- Turismo de Eventos: essa modalidade de turismo tem como característica os eventos fixos, sazonais, de oportunidades e monotemáticos. Os eventos fixos caracterizam-se pela realização constante, fazendo parte de um calendário fixo de eventos. Os sazonais referem-se aos eventos realizados em determinados períodos do ano. Os eventos de oportunidade são aqueles que acontecem de maneira mais esporádica e acompanham tendências de mercado, e os monotemáticos dirigem-se a subsegmentos do mercado consumidor, com elementos singulares de expressão artística e cultural, como o Festival de Música Sertaneja.

- Turismo Educacional/Pedagógico: consiste na organização de viagens e/ou passeios mediante o acompanhamento de professores com programa de aulas e visitas a pontos de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

- Turismo Paisagístico: demanda por núcleos receptores cujo principal produto turístico é a paisagem, os aspectos cênicos da natureza, compreendendo-se todos os locais em que características geográficas, ecológicas e meseológicas, combinadas, constituem o principal fator de atração.

- Turismo Ecorrural: assemelha-se ao turismo rural, no que se refere as propriedades que possuem valor histórico localizadas em regiões dos ciclos agrícolas, como café, borracha, cana de açúcar, estâncias de criação de gado, entre outros.

Rodrigues (2001) refere-se a ligação histórica com o lugar, questionando se esse fenômeno caracteriza-se por uma relação afetiva ou comercial, como na compra de um terreno e a posterior construção de um lago para pesque e pague, restaurante, lanchonete sem vínculo com o lugar, sendo que o dono não reside na propriedade, estando quase tudo a cargo de funcionários.

A autora atesta que apesar de o estabelecimento se localizar fora do perímetro urbano, pouco ou nada se caracteriza pela ruralidade. Cita como exemplos as chácaras de lazer que nunca tiveram cunho rural e que são alugadas para eventos de caráter essencialmente urbanos, questionando assim, se esses empreendimentos devem ser denominados como atividades de lazer e/ou turismo periurbano<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O termo periurbano caracteriza-se por apresentar tanto aspectos rurais quanto urbanos. A paisagem é rural, contudo as funções são variáveis, podendo ir desde as atividades agrícolas até a redução da especulação imobiliária (RODRIGUES, 2006).

Nesse contexto, Lousada (2007) expõe que alguns espaços apresentam características singulares em sua inter-relação rural-urbana, campo-cidade que a ciência contemporânea ainda não tem teorias capazes de qualificá-los precisamente.

A década de 1960 é o período a partir do qual as diversas modalidades de turismo no espaço rural se projetaram em todo mundo. No Brasil, os projetos de turismo em áreas rurais começaram a se destacar a partir da década de 1990. Segundo Schneider (2006), nas últimas três décadas, presenciou-se um processo de reestruturação social e econômico que vem afetando o espaço rural como um todo e a agricultura em particular, nesse sentido a expansão do turismo nas áreas rurais pode ser compreendida, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não-agrícolas uma dessas dimensões.

O turismo rural no Brasil é uma atividade relativamente nova quando comparada a outras modalidades, tais como o modelo de sol e praia (RODRIGUES, 2006).

Sigardo (2003) relata que o turismo rural organizado como atividade econômica iniciou-se em Lages, cidade do estado de Santa Catarina (Região Sul), especificamente na Fazenda Pedras Brancas em 1984, que passou a acolher visitantes para passar um dia no campo. Posteriormente, iniciaram a atividade as fazendas Barreiro e Boqueirão no mesmo Estado, as quais se caracterizaram pelo pioneirismo no oferecimento de hospedagem e a participação no trabalho do campo.

A partir dessas iniciativas, o turismo no espaço rural cresceu rapidamente no município de Lages e em todo território nacional, de forma mais expressiva nas regiões Sul e Sudeste do país, e em seguida na região Centro-oeste, sobressaindo-se o estado do Mato Grosso do Sul.

Embora o Estado de Santa Catarina seja o pioneiro nesse quesito, no Brasil, conforme a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) existem 4.851 empreendimentos formalizados dessa natureza, e destes, 55,78% se encontram na região Sudeste; 3,62% na região Norte; 9,05% no Nordeste; 12,12% no Centro-Oeste; e 19,41% se localizam no Sul do país, com 942 empresas.

No Estado do Paraná, a atividade turística no meio rural, pode ser percebida primeiramente na região metropolitana de Curitiba, impulsionada por programas de desenvolvimento regional do governo do Estado (ECOPARANÁ, 1999), em seguida,

observam-se atividades turísticas nos espaços rurais no Norte do Paraná, que frutificaram a partir de 1997.

Tratando-se dos programas nacionais específicos de política pública para o Turismo Rural, evidencia-se um enfoque meramente mercadológico e econômico, quanto às perspectivas de desenvolvimento desse tipo de turismo, desconsiderando as peculiaridades de cada localidade, essencialmente seus aspectos físicos e culturais.

“O documento *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (2004), de responsabilidade do Ministério do Turismo, deixa claro essa perspectiva adotada pelos gestores públicos federais ao tratar o Turismo Rural restritivamente como um segmento, um setor turístico. Esse tipo de turismo não vem sendo incorporado, empiricamente, como estratégia local e territorial capaz de estimular e gerar o desenvolvimento rural local. O binômio “geração de emprego e renda” é massivamente apontado pelo Ministério do Turismo como o principal resultado proporcionado pela implementação dos programas de Turismo Rural no país.” (LOUSADA, 2007, p.53)

Deparamos-nos também com o Programa Nacional da Agricultura Familiar, PRONAF – Turismo Rural, oferecendo subsídios aos pequenos produtores para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, através de empreendimentos como pesque - pague, balneários, entre outros.

Na região Norte do Paraná, a realidade depara-se com o desenvolvimento do turismo em áreas rurais, realizado por empresários e pequenos produtores, no qual se encontram segmentos diversificados evidenciados pelos inúmeros empreendimentos existentes como pousadas rurais, hotéis-fazenda, parques aquáticos, pesque e pague, chácaras, dentre outras opções de lazer e entretenimento situadas no espaço rural (RETUR, 2010).

As opções de turismo e lazer encontradas no meio rural nos leva a abordar a diferença entre turista e excursionista, visto que os empreendimentos situados no espaço rural enquadram esses dois elementos. O primeiro refere-se aos visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no local, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer

(recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências (BENI, 2007).

O segundo, denominados de excursionistas ou viajantes de um dia apenas, são geralmente turistas de seu próprio país, não sendo adeptos de grandes distâncias, já que dispõem de um dia ou menos para suas atividades de lazer, na qual os locais estão na maior parte à meia hora de suas residências (SWARBROOKE, HORNER, 2002).

O Ministério do Turismo (2005) propala que é crescente o número de turistas que procuram lugares onde os habitantes vivam de maneira diferente da sua e a paisagem apresente especificidades próprias, tanto naturais como culturais. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido na região da AMUSEP vem mostrando seus frutos através dos diversos empreendimentos de turismo e lazer existentes no mercado, com atividades na hotelaria, gastronomia, cultura, pesque-pagues, parques aquáticos e propriedades rurais que recebem turistas para passar um dia ou somente tomar um café, realizar compras dos produtos manufaturados gerando receita, e empregando mão-de-obra familiar e muitas vezes do entorno (RETUR, 2010).

No tocante às territorialidades do espaço rural desenvolvidas pelas atividades de turismo e lazer na região da AMUSEP, cabe ressaltar a inexistência do Turismo Rural, visto que todas as ocorrências identificadas nessa área enquadram-se no turismo no espaço rural, de acordo com a definição explicitada pelo Caderno de Diretrizes do Turismo Rural.

#### **4.1.1 A colonização do Norte do Paraná e sua relação com as atividades de turismo no espaço rural**

No Brasil, é necessário considerar a extensão geográfica e as diferentes fases do processo histórico de apropriação do território, pautada essencialmente no extrativismo vegetal e mineral, da pecuária e da agricultura. Nessa perspectiva,

Rodrigues (2001) corrobora que os ciclos econômicos, pelos quais o país passou, deixaram na paisagem aspectos marcantes, formando um diversificado patrimônio histórico-cultural.

A colonização do Norte do Paraná, baseada na cultura cafeeira, foi determinante em relação às atividades econômicas da região, porque esta possui como uma das principais fontes econômicas a agropecuária, na qual se destaca a presença de pequenas e médias propriedades rurais.

A partir do processo de colonização, a região Norte do Paraná consolidou-se por paisagens rurais cultivadas, que em conformidade com Pires (2001, p. 124) é:

“identificada em espaços abertos e extensos com topografia predominantemente plana, assim como áreas mais acidentadas (vales, encostas) e com extensões em conformações espaciais variadas, onde predomina o uso tipicamente agrícola do solo, tanto na forma de agricultura tradicional diversificada como de agricultura moderna extensiva, sendo o caráter dessa paisagem definido pelo uso agrícola mais diversificado e intensivo do solo”.

No entanto, essa paisagem é constituída também por outros componentes que acrescentam elementos típicos do meio rural, tais como: povoados ou vilarejos, estradas e caminhos de terra, cercas (de vegetação, pedra ou aramado), pontes e passagens rústicas, açudes, rodas d'água (de moinhos, alambiques), estábulos, mangueiras, galpões, templos religiosos, cemitérios, estalagens e armazéns, de beira de estrada, escolas, estufas, etc. (PIRES, 2001), que formam um conjunto de atrativos no meio rural, detendo uma potencialidade turística que pode ser aproveitada como fonte de renda e disseminadora da cultura local.

Na região da AMUSEP, essa realidade vem se modificando, haja vista que a configuração agrícola em muitos locais é compartilhada com novos elementos. Rodrigues (2001) expressa que o espaço rural não se define mais pela atividade agrícola, ou seja, o espaço rural já não é aquele tão e somente tradicional, pois nele passaram a ser introduzidas as produções de serviços e de bens não agrícolas, com ênfase para aqueles de natureza turística voltados para o lazer, a exemplo das chácaras de recreio, condomínios rurais, pesca amadora, recreação em rios e represas, meios de hospedagem, festas, rodeios etc.

Na área de abrangência da associação, esse novo perfil tem atraído, cada vez mais, pessoas em busca de lazer e entretenimento em meio à área rural, objetivando fugir do estresse dos centros urbanos, ter contato com a natureza e, sobretudo, resgatar suas raízes, que podem ser vivenciadas através das atividades oferecidas nas propriedades da região.

Nesse sentido, Sirgado (2003, p. 78) pontua que:

“...os espaços rurais e espaços possuidores de elementos naturais tem se destacado nas atividades turísticas e de lazeres, pois devido à crescente urbanização, bem como das pessoas, provoca um afastamento forçado dos espaços rurais e das áreas que conservam um relativo equilíbrio ecológico.”

Trigo (2003) coloca ainda que existem muitos motivos para viajar e/ou realizar atividades de lazer, sendo que nas sociedades contemporâneas, a utilização do tempo livre não obedece a modelos preestabelecidos para todos nem está necessariamente separada da atividade profissional ou cultural. O tempo livre pode ser utilizado para fazer nada ou para o ócio, para o lazer individual ou coletivo, seja ele espontâneo ou programado; para atividades culturais, esportivas ou para o turismo. Muitas vezes, as atividades realizadas no “tempo livre” servem, também, para reforçar habilidades ou conhecimentos necessários à atividade profissional.

Outros autores explanam que a prática do turismo e atividades de lazer são originadas essencialmente de motivadores físicos, que buscam a diversão e o relaxamento; motivadores culturais, que procuram conhecer diferentes localidades e seus costumes tradicionais; motivadores interpessoais, que buscam conhecer novos amigos ou visitar os que estão distantes, e: motivadores de status, que buscam o reconhecimento e a boa reputação na sociedade (ROSS, 2001).

Partindo dessa perspectiva, Sirgado (2003) aventa que a revalorização da ruralidade e do meio ambiente tem influenciado na motivação<sup>13</sup> pela busca desses

---

<sup>13</sup> Motivação, segundo Silva (2000, p. 73), “é a consequência de algum tipo de necessidade que, satisfeita, promove o equilíbrio do organismo”.

espaços, sendo efeito da separação forçada entre homem e a natureza, entre o construído e o natural, entre a agitação e a tranquilidade, entre o urbano e o rural.

Nesse contexto, o turismo no espaço rural tem se apropriado dos espaços na região da AMUSEP e contribuído com o desenvolvimento econômico, fixação dos jovens no campo que vislumbram uma oportunidade de trabalho por meio da diversificação das atividades rurais, entre outros aspectos.

Cabe evidenciar que, no território abordado, se encontram diversas propriedades que desenvolvem o turismo no espaço rural, muitas estimuladas por programas governamentais (Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF) e Instituições (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER).

No entanto, nem todas se enquadram no objeto deste estudo visto que não pertencem à categoria da agricultura familiar, e outras se enquadram, contudo os proprietários não residem na propriedade como demonstrado na quadro 1.

**Quadro 1 - Ocorrências de Turismo no Espaço Rural na região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP.**

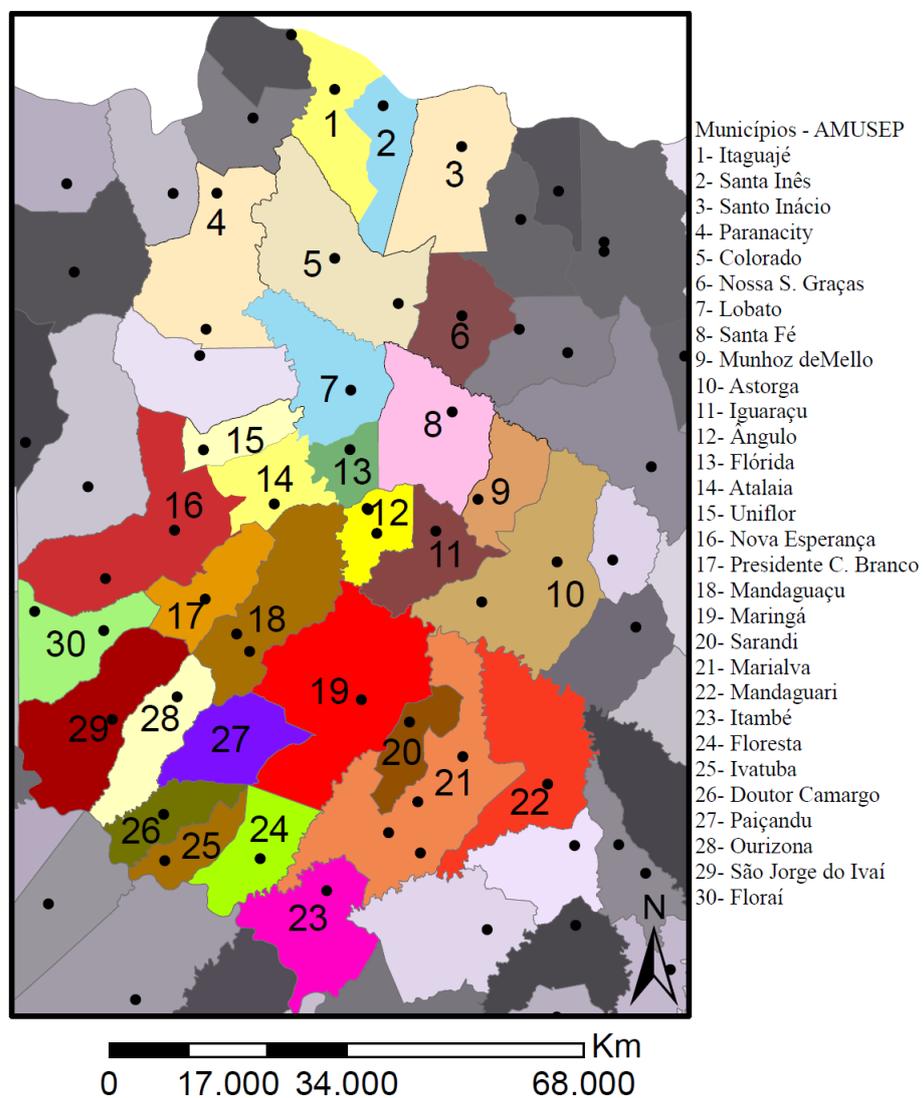
Municípios	Pesque- Pague	Balneário	Propriedade Agroindústria	Pousada Hotel	Condomínio de Lazer	Restaurante Rural	Outros	E.A.F.	N.E.A.F.
Itaguajé	1				2			1	2
Santa Inês							1		1
Santo Inácio					2		1		3
Paranacity	1							1	
Colorado	4						1	3	2
Nossa Sr <sup>a</sup> das Graças	1							1	
Lobato									
Santa Fé	2	2	-	1				3	1
Munhoz de Mello	1						1	2	
Astorga		1							1
Iguaraçu	1						2	1	2
Ângulo							1	1	
Flórida	1								1
Atalaia									
Uniflor									
Nova Esperança							1		1
Pr. Castelo Branco									
Mandaguaçu	2		1				1	2	1
Maringá	6	2						3	4
Sarandi	1		1					1	1
Marialva	1							1	
Mandaguari	1							1	
Itambé	1							1	
Floresta	1			1	1			1	2
Ivatuba					6				6
Doutor Camargo	1					1	2	2	2
Paiçandu	1								
Ourizona									
São Jorge do Ivaí	1				2				1
Floraí									

\* E.A.F. enquadra-se na agricultura familiar com residência ou não na propriedade.

\*N.E.A.F. não se enquadra na agricultura familiar.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada, na área de abrangência da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP, pautou-se nas propriedades fundamentadas na agricultura familiar nas quais os agricultores possuem domicílio no estabelecimento, com um recorte temporal de janeiro de 2009 a julho de 2010.



- refere-se aos distritos administrativos de cada município.

**Figura 3 - Mapa de identificação dos municípios da AMUSEP.**

No entanto, serão apresentados sucintamente os casos que não se enquadram no objeto deste estudo, ora por não residirem na propriedade, ou por se enquadrarem em outra categoria da agricultura.

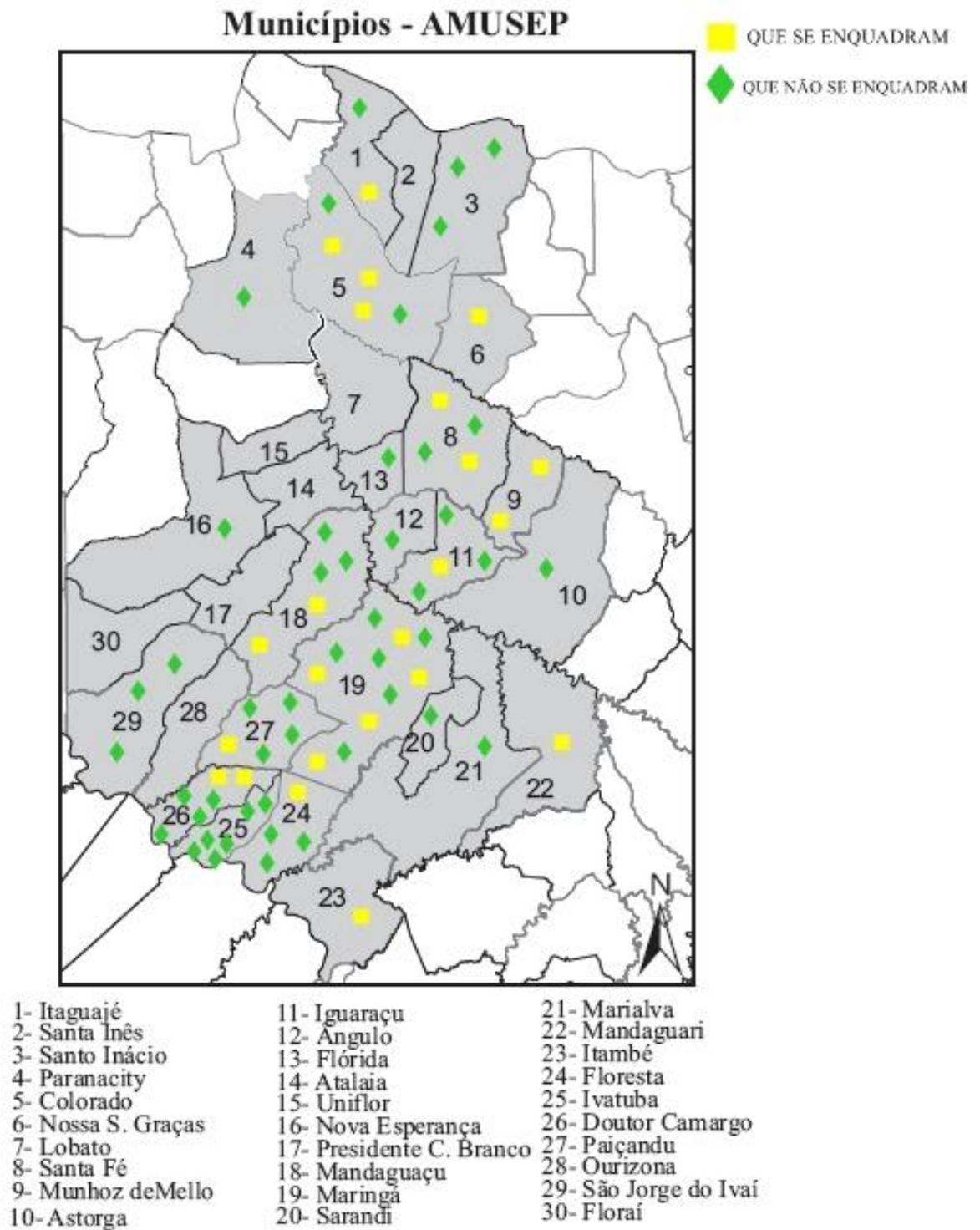
Para a realização da coleta de dados, utilizou-se as entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas previamente definidas, sendo a técnica mais indicada, sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias (DENCKER, 2001).

O motivo da padronização é obter respostas às mesmas perguntas, todavia o informante é livre para responder, visto que as perguntas são abertas, permitindo maior liberdade ao pesquisador para conduzir o trabalho mediante o perfil de cada entrevistado (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para melhor ilustrar, utilizamos como recurso a ilustração fotográfica que permite a visualização das iniciativas de turismo no espaço rural encontradas na área de estudo, apresentando em algumas situações pesque e pague, chácaras, propriedades que oferecem infraestrutura para a realização de eventos, entre outros.

A partir da pesquisa, verificou-se que, na área de abrangência da AMUSEP, são evidenciados traços tipicamente rurais, sendo destacável a cultura que se exprime pelas manifestações religiosas mediante a realização de festas tradicionais ligadas à área rural (festas dos padroeiros, rodeios, leilões), a gastronomia marcada pela historicidade local, a música evidenciada nos festivais sertanejos e rodas de viola e as cavalgadas realizadas pelos caminhos rurais dos municípios.

Percebe-se que, algumas localidades não possuem nenhuma ocorrência de turismo na área rural, de acordo com as informações cedidas pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e Prefeituras Municipais. É notório comentar que essas localidades têm características semelhantes no que tange ao número de população, visto que não superam dez mil habitantes, e apenas uma esta localizada a mais de 100 km da cidade pólo da região (Maringá) município onde se agrupa o maior número de empreendimentos de turismo no espaço rural, como é possível visualizar na figura 4 e na figura 5.



**Figura 4 - Representação dos empreendimentos de turismo no espaço rural localizados nos municípios da AMUSEP.**

No entanto, embora a atividade turística não seja expressa por meio de empreendimentos turísticos é possível notar as territorialidades desenvolvidas pela prática do turismo através da realização de eventos <sup>14</sup> que manifestam a cultura local, a gastronomia, a música, a comercialização de produtos in natura e agroindústrias como demonstrado na figura 6, onde uma propriedade que desenvolve a atividade de pesque e pague agrega valor aos produtos cultivados no local, posteriormente oferecendo aos seus visitantes.



**Figura 5 - Doces caseiros para comercialização do Pesque e Pague Quatro C.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

Além dos rodeios e cavalgadas, que são realizados em praticamente todos os municípios, uma vez que dispõe de uma demanda <sup>15</sup> das localidades do entorno para

---

<sup>14</sup> Evento é um produto, e partindo dessa premissa de que é uma atividade destinada a gerar lucros, direta ou indiretamente, a todos os envolvidos, é fácil depreender que se trata de um produto de extremo valor e deve ser explorado e oferecido a um público ávido de informação, conhecimento, inovações tecnológicas, lançamentos para a sua área de atuação, entretenimentos, e tudo aquilo que pode ser representado como novas experiências e emoções (HAMAM, 2004).

<sup>15</sup> A Demanda Turística, segundo Beni (2007), é uma “compósita de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são

a participação nos mesmos. Rodrigues (2001) destaca ainda, que o modismo country norte-americano tem influenciado uma parcela da população, na maioria jovens, e os festejos rurais invadem a cidade, como os bailes realizados em clubes na área urbana, multiplicando-se também os espaços para leilões, rodeios e outras atividades de cunho rural.

O proprietário do Pesqueiro São Luiz, Senhor S. L. A. (50 anos), relata “que são realizados eventos no local com o objetivo de atrair um número maior de visitantes, como os Torneios de Pesca”. Lima e Matias (2000) explanam que existem manifestações da cultura popular sendo recriadas e valorizadas no cotidiano festivo do homem rural.

Dando continuidade a análise referente às iniciativas de turismo no espaço rural, verificam-se, ainda, a existência de diversas ocorrências que não se enquadram no objeto deste estudo, visto que os proprietários não residem na localidade, embora alguns empreendimentos se enquadrem na classe da agricultura familiar.

Destaca-se, nesse perfil, a presença de quatro balneários (Balneário e Pesqueiro Flórida, Balneário Caniato, Fazenda San Giacomo, Prainha), sendo que dois deles aliam a atividade de banho a de pesque e pague, juntamente com os serviços de alimentação, área para acampamento, limpeza e filetagem de peixes e a realização de eventos como forma de atrair um número maior de pessoas.

Percebe-se também, a existência de diversos condomínios de lazer na margem dos rios Ivaí e Paranapanema, que de acordo com Pimentel (2003, p. 144) são locais geralmente rústicos “voltados ao mix pesca, comida e descontração”.

Mediante as informações expostas pelo Senhor. A. C. Z, técnico da EMATER do município de Ivatuba, (Pontal do Ivaí, Barra do Ivaí, Barra do Ivaí I, Barra do Ivaí II, Recanto do Sossego e Condomínio Binatti, Condomínio Monte Carlo, Condomínio Porto Pintados, Condomínio Vale do Ivaí, entre outros), esses condomínios contribuem expressivamente com a economia local.

Notaram-se, ainda que, alguns condomínios situados no município de Santo Inácio, apesar de estarem localizados em áreas com características essencialmente rurais não se caracterizam como tal, e mediante informações da prefeitura municipal, essa situação decorre da necessidade de se arrecadar mais impostos através do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Nesses estabelecimentos, os lotes possuem casas que dispõe de equipamentos de lazer como piscina, sauna, quadra de esportes, parque infantil, barcos para pesca, marina, caracterizando-se como turismo de segunda residência, onde os proprietários freqüentam esses locais nos finais de semana e férias, sendo que em muitos casos também são locados a terceiros, visto que o valor arrecadado contribuiu com a manutenção do lugar.

Diante do exposto, verificamos que a dimensão natural dos rios como espaço turístico de balneabilidade<sup>16</sup>, de pesca, de passeio de barco, de contato com a natureza tem sido valorizada e aproveitada pelos condomínios de lazer, mas que a dimensão cultural do rio Ivaí e rio Paranapanema não tem sido reconhecida e usada para a estruturação de atividades turísticas.

Rodrigues (2001) expõe que essas atividades se caracterizam por meio dos passeios, prática de esportes, passeios a cavalo, passeios de barco, entre outras atividades denominadas lazer periurbano<sup>17</sup>.

Encontram-se ainda, atrativos culturais como as ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini<sup>18</sup> (tombada pelo Estado), localizada na zona rural, sendo

---

<sup>16</sup> Segundo Beni (2007, p.432), o conceito de balneabilidade refere-se às águas doces, salobras e salinas destinadas a recreação de contato primário, sendo este entendido como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui aquático, etc.), no qual a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis de água é elevada. O contato secundário refere-se ao ligado as atividades esportivas, em que o contato com a água é esporádico ou acidental e a possibilidade de ingerir grandes quantidades de água é pequena, como na pesca e na navegação.

<sup>17</sup> Lazer periurbano, caracteriza-se pela relação comercial que o empreendedor tem com o local e não a ligação histórica. Visto que a compra de um terreno, a construção de um lago para pesca e pague restaurante, lanchonete, apesar se localizar fora do perímetro urbano, pouco se caracteriza pela ruralidade (RODRIGUES, 2000).

<sup>18</sup> Entre as 13 reduções fundadas pelos padres Jesuítas Castelhanos, onde, desde 1554, já existiam as povoações oficiais espanholas de Ontiveros, Ciudad Real Del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo, encontramos a Redução de Santo Inácio Mini, localizado a esquerda do rio Santo Inácio, afluente do rio Paranapanema, e a Nossa Senhora de Loreto, capital da Missão Jesuíta de Guairá, fundada em 1610, junto à foz do rio Pirapó no Paranapanema (RETUR, 2010).

considerado um atrativo de relevância para a região, uma vez que a cultura que compreende o patrimônio e a criação de um povo forma-se numa dimensão do processo da vida de uma sociedade. O local pode ser visitado com pré agendamento, e apesar de não haver nenhuma edificação, foi realizado um levantamento histórico pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), de modo que as peças e os documentos, referentes às reduções, foram alocados em lugar próprio para conservação na qual também é permitido visitação. Partindo dessa premissa, Nogueira (2004) ressalta que o interesse das pessoas pela história, arte e cultura em geral, tem contribuído para o desenvolvimento de diversos projetos envolvendo o turismo e a cultura. Destaca-se, também na região, o Sítio Histórico Rural Jupira que não recebe visitantes, mas possui alto grau de atratividade devido o seu valor histórico e cultural.

Em consonância com os dados obtidos identificamos que quatro pesque - pague (Pesqueiro do Fagan, Pesque e Pague Sete Lagoas, Pesqueiro Salvatami, Pesqueiro Marialva) que se encontram em diferentes pontos da região, onde seus proprietários não residem nos estabelecimentos, na qual três deles se enquadram na agricultura familiar, e um adquiriu a propriedade somente para empreender em tal atividade. De maneira geral, as ocorrências identificadas dispõem de infraestrutura básica que oferece aos seus visitantes lagoas para pesca, serviços de alimentação, sanitários, quiosques para aluguel, entre outros.

No que tange as propriedades que recebem visitantes com pré- agendamento para conhecerem a produção de agroindústria e cultura local, nos deparamos com algumas iniciativas informais (Fazenda Santa Juliana, Rancho Café Brasil, entre outros) que oferecem visitação a alambique artesanal para compra dos produtos e conhecimento do processo de fabricação da cachaça artesanal, bem como visitação à plantações de culturas diversas, como a uva, fabricação de suco e vinho produzidos artesanalmente e venda de bolachas e queijos.

Possibilitando assim, o conhecimento do processo de transformação e aquisição dos produtos por meio das visitas as comunidades rurais / bairros rurais incentivados normalmente pela EMATER e prefeituras municipais, constituindo em alguns casos a base para a organização dos produtores, que por meio das visitas às propriedades começaram a perceber o potencial que possuem.

Como explica Portuguez (1999), muitas propriedades vendem apenas produtos de origem rural, como massas, biscoitos, doces, bebidas, queijos, embutidos, frutas, compotas, leite, não oferecendo outras atividades aos visitantes, denominadas por alguns de agrocomércio<sup>19</sup>. Dessa maneira, as iniciativas dos produtores buscando incrementar seus rendimentos assim como os incentivos para atrair turistas para os bairros rurais, evidenciam as perspectivas dessa modalidade de turismo para a região da AMUSEP.

Chama atenção o fato de que a renda proveniente das atividades de turismo no espaço rural raramente são investidas na atividade agropecuária, e sim na manutenção e adequação do turismo e/ou outras atividades não agrícolas. Tal situação evidencia a dupla função econômica da propriedade: a agricultura propriamente dita e o turismo, sendo que a renda de um não interfere no desenvolvimento do outro setor.

A área de estudo, para fins desta pesquisa, evidencia a presença de diversos empreendimentos que desenvolvem o turismo no espaço rural e recebem visitantes continuamente que se enquadram na categoria da agricultura familiar, onde seus proprietários residem no estabelecimento como demonstra a figura 4 e 5. Registra-se, ainda, que mediante o processo histórico e dinâmico de transformação e recriação sócio-espacial, desenvolvem-se diversas atividades, sendo que os eventos realizados pela região relacionados à produção agropecuária (Festa do Milho, Festa do porco na lata, Festa da leitoa no tacho, entre outros) assim como serviços de cafés rurais como o Café da Roça (figura 7 e 8) e o Café do Campo realizados por produtores, expressam o processo das territorialidades exercidas pela prática do turismo.

---

<sup>19</sup> Agrocomércio refere-se à comercialização de produtos in natura e de produção artesanal.



**Figura 6 – Café da Roça, município de Munhoz de Mello.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (maio de 2010).**



**Figura 7 – Café da Roça, município de Munhoz de Mello.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (maio de 2010).**

Nos estabelecimentos identificados, observamos que a atividade relacionada ao turismo e lazer corresponde à metade do total da renda familiar, corroborando com Rodrigues (2001), que relata que um grande número de proprietários e empreendedores rurais sente e manifesta a necessidade de diversificação e complementaridade das atividades agrárias, fundamentadas na agricultura, na pecuária, no extrativismo (vegetal e animal) e na silvicultura.

Considerando que a agricultura e a pecuária tradicional entram em processo de desaparecimento, devido às transformações em função da modernização do campo por meio da inclusão de novas tecnologias que garantem maior produtividade da terra e do trabalho, contribuem com o aparecimento de novas atividades no campo (RODRIGUES, 2001). Nesta perspectiva o turismo e o lazer aparecem como uma alternativa de renda aos produtores rurais.

Podemos vislumbrar esse aspecto através de duas propriedades visitadas, que possuem a totalidade de sua renda proveniente das atividades de turismo e lazer no espaço rural (Prainha São Carlos – figura 9, Pesqueiro e Balneário do Nelson – figura 10), ou seja, iniciaram a atividade mediante necessidade de complementaridade de renda e atualmente sobrevivem essencialmente do turismo, corroborando com a afirmativa de que, em alguns casos, as atividades turísticas superam o retorno financeiro das ocupações agropecuárias (RODRIGUES, 2001).



**Figura 8 – Vista Parcial do restaurante da Prainha São Carlos.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 9 – Pesqueiro e Balneário do Nelson.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

Assim, a Senhora M.G.M. (64 anos), proprietária do Pesqueiro Mascote, expõe que “na propriedade são cultivados limão e caju, que são comercializados para terceiros, no entanto havia a necessidade de diversificação para incremento da renda familiar, uma vez que o retorno financeiro com o cultivo das plantas frutíferas seria em longo prazo, sendo a atividade de pesque e pague uma alternativa que surgiu a partir de uma necessidade”. As afirmativas são ilustradas na figura 9 que demonstra claramente o plantio relatado.



**Figura 10 – Vista parcial plantação de limão do Pesqueiro Mascote.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 210).**

Lousada (2007) ressalta, ainda, que é ponderável admitir que uma propriedade rural possa alimentar a continuidade de algumas lidas agropecuárias a título de subsistência alimentar e/ou como elemento de atratividade turística. Para a autora, existem projetos que trabalham com a perspectiva de estruturação de produtos turísticos que não exijam a existência dos serviços de alimentação e hospedagem, em que as propriedades “abrem suas porteiras” para que os visitantes

tenham a oportunidade de interagir com o modo de vida local das pessoas do campo e o seu saber-fazer juntamente às visitas nos alambiques, engenhos, moinhos, artesanato, criação de animais e outros ofícios.

Dessa maneira, a atividade turística, se compreendida como uma maneira de uso do tempo livre e de uma modalidade de lazer, corresponde a uma possibilidade para que as sociedades pós-modernas minimizem a subjetividade e a expressão não encontradas no cotidiano dos centros urbanos, pois seu contexto psicológico e social favorece a experimentação de produtos e produções culturais (ALMEIDA, 2003).

Como coloca Silva (2007), no ambiente rural, essas peculiaridades são marcadas, devido a sua aparente posição de imobilidade em relação à passagem do tempo, apresentada nas paisagens naturais, nas construções arquitetônicas, na continuidade de hábitos distintos daqueles praticados no meio urbano e na presença de aspectos simbólicos (figura 12 e 13), devido à maior intensidade nas relações interpessoais. O mesmo autor afirma que as pessoas procuram nessa modalidade de turismo, as características referentes à vida no campo, a tranqüilidade e o bucolismo não encontrados no ambiente urbano, agitado e degradado em que vivem.



Figura 11 – Vista parcial do interior do restaurante do Porão do Peixe.

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).



**Figura 12 – Vista parcial da lanchonete da chácara do Negão.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**

Graziano da Silva (1998) explicita que o meio rural é um espaço de preservação ambiental e também um produtor de “serviços”, juntamente com os tradicionais produtos agropecuários e os novos produtos agrícolas.

No que se refere à conservação do meio ambiente, um dos entrevistados, o Senhor. A. M. S., dono do Pesqueiro Anzol, relata que a “propriedade possui uma área equivalente a 3,7 alqueires, dispondo de mata ciliar conforme as leis vigentes, como demonstrado pela figura 14, sendo que iniciaram a área de reflorestamento objetivando a atração de pessoas para a apreciação da natureza e desenvolvimento de trilhas”.

Nagabe (2009) ressalta que as atividades de lazer, em áreas de reflorestamento, são objeto de fruição e sua procura se vincula ao crescimento da impessoalidade, do anonimato, dos mais variados tipos de poluição, da artificialização e da plastificação, da insegurança e das tensões que enquadram os ambientes cotidianos da vida e de trabalho dos modernos centros urbanos.



**Figura 13 - Vista parcial da área de preservação do Pesqueiro Anzol.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**

A mesma autora ilustra que, a maior parte dos pequenos agricultores que instituem o turismo em suas propriedades, atribui tal iniciativa à necessidade de criação de uma fonte de renda complementar, do mesmo modo que contribuem para a manifestação e a expansão das atividades não agrícolas, destacando-se a emergência da prática da pluriatividade, visto que o número de moradores tende a aumentar sendo necessárias novas opções de trabalho e renda.

Partindo dessas prerrogativas, verificou-se que, em todas as propriedades visitadas, a mão-de-obra conta com trabalho essencialmente familiar, contudo nos finais de semana e feriados existe a necessidade de outros colaboradores, denominados pelos proprietários de diaristas, na medida em que somente o trabalho familiar não consegue atender à demanda existente nesse período.

Corroborando com a afirmativa do Senhor C. J. M. (59 anos), proprietário do Pesqueiro Pantanal, na qual relata que na propriedade “conta com a colaboração da esposa e de um funcionário para a lida da propriedade e do pesque e pague”.

Nos empreendimentos visitados, verificou-se ainda, que a mão de obra é na maioria das vezes dividida por funções, de modo que cada integrante da família e eventuais colaboradores exercem determinada atividade, onde um fica responsável pelo atendimento na lanchonete, outros pela preparação dos alimentos na cozinha, outro pela limpeza, entre outras atividades que são consideradas essenciais para o bom atendimento dos visitantes. Todavia, na maioria dos empreendimentos, notou-se que essa divisão ocorre por meio das habilidades de cada indivíduo.

Na minoria dos casos, percebe-se que essa divisão é realizada de forma rotativa, ou seja, cada final de semana e/ou feriado os integrantes da família assumem um posto e/ou atividade diferente, tendo como objetivo fazer com que todos participem de todas as atividades do estabelecimento. No entanto, normalmente os diaristas exercem a mesma função, a que estão habituados e foram preparados para realizar.

Dessa maneira, observou-se que, na maior parte dos estabelecimentos, as mulheres assumem o serviço de alimentação nas lanchonetes (estrutura das lanchonetes - figuras 15 e 16), e no caso dos pesques e pagues realizam também o trabalho de limpeza e filetagem dos peixes (figura 17), de acordo com os entrevistados esse fato se dá devido a habilidade e cuidado do sexo feminino em lidar com o processamento de alimentos.

Segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (2009), 90% das propriedades que trabalham com o turismo no espaço rural são gerenciadas por mulheres.



**Figura 14 - Vista Parcial da lanchonete e restaurante do Pesqueiro Pantanal.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 15 - Vista parcial da lanchonete do Pesqueiro Anzol.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 16 - Local para limpeza e filetagem dos peixes do Centro de Pesca Aquarius.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

No caso da mão de obra masculina, na maioria dos entrevistados dos empreendimentos cabem as funções de manutenção das represas (figura 18, 19 e 20), alimentação dos peixes, e demais atividades de manutenção da propriedade, assim como nos outros tipos de estabelecimentos turísticos. Não raramente, o sexo feminino desempenha também tais atividades. Os mais jovens, normalmente filhos dos proprietários, assumem um papel importante na contribuição com o desenvolvimento das atividades nos finais de semana e/ou feriados, visto que todos os estabelecimentos trabalham com a mão de obra familiar como relatado anteriormente.

O Senhor S. L. A. (50 anos), proprietário do Pesqueiro São Luiz conta que “o trabalho é realizado com mão-de-obra familiar onde são envolvidos o pai, mãe e um filho, e contam ainda com o auxílio de um funcionário fixo e quatro colaboradores temporários nos finais de semana para a manutenção e serviços oferecidos aos visitantes pelo pesque e pague.”



**Figura 17 - Vista parcial das represas do Pesque e Pague do Alemão.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 18 - Vista parcial das represas do Pesque e Pague do Alemão.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 19 - Vista parcial dos tanques para pesca do Pesque e Pague 4 C.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010)**

Outro aspecto observado, refere-se ao o acesso das propriedades demonstrado pelas figuras 21 e 22, que varia de acordo com o tipo de empreendimento e as taxas que são cobradas que se modificam conforme os tipos de serviços oferecidos.



**Figura 20 - Entrada do Pesqueiro Rufato.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 21 - Entrada da Prainha São Carlos.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

No caso dos pesqueiros, a grande maioria, oferece limpeza de peixe, almoços nos finais de semana e feriados com cardápios à base do peixe disponível, e porções em todos os dias de funcionamento, é sabido que a maioria oferece almoço nos domingos e feriados além das porções, salgados e bebidas, sendo que a minoria disponibiliza somente porções e salgados, na qual relatam que falta mão de obra. O valor é tabelado, não variando muito de um local para o outro.

No que tange à taxa dos serviços de limpeza e filetagem dos peixes, na maior parte das propriedades, se encontram embutidos no preço do quilo que varia de acordo com a espécie.

Alguns empreendimentos cobram tarifa para uso da vara de pesca, caso o cliente não tenha levado, atitude que de acordo com os proprietários tem minimizado, consideravelmente, o número de equipamentos quebrados ou abandonados na beira das represas, evitando, dessa maneira, situações que causam prejuízo aos proprietários e falta de segurança para os visitantes.

Os empreendimentos que não se enquadram na categoria de pesque e pague, oferecem outros tipos de serviços como locais para banho (Prainha São Carlos), locação de espaço para a realização de eventos (Chácara Cantinho do Céu), sendo que um dos estabelecimentos alia ao eventos o turismo pedagógico (Fazendo Fazenda), locação de casa para hospedagem e promoção de corridas de motos (Chácara do Negão), e comercialização de bolachas e queijos, além de ser o local onde é servido um café rural, denominado Café da Roça (Chácara Rancho Café Brasil).

O primeiro estabelecimento citado, recebe visitantes para usufruir dos equipamentos de lazer como a piscina (figura 23), pagando uma entrada, além dos serviços de alimentação e aluguel de quiosques. O proprietário A.C. (48 anos), coloca que o salão do restaurante, (figura 24 e 25) tem capacidade para 150 pessoas sentadas, e também é alugado para a realização de eventos como casamentos e aniversários.



**Figura 22 - Vista da piscina (vazia para manutenção) da Prainha São Carlos.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 23 - Vista parcial dos quiosques da Prainha São Carlos.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 24 - Vista parcial do restaurante da Prainha São Carlos.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

O segundo empreendimento (figura 26) trabalha com a realização de eventos e locação do espaço para a realização dos mesmos, é cobrada uma taxa pelos serviços prestados, além de ser o local escolhido para oferecer os serviços do Café do Campo, onde os visitantes têm a possibilidade de degustar um café rural servido por produtores rurais.



**Figura 25 - Espaço para eventos da Chácara Cantinho do Céu.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

E o terceiro caso possui duas alternativas de ingresso no local, já que trabalha com a locação do espaço para realização de eventos (figura 27 e 28) e com o turismo pedagógico recebendo crianças de diversas faixas etárias, na qual disponibiliza, mediante a taxa cobrada, serviços de alimentação e visita guiadas, por meio de monitores.



**Figura 26 - Vista parcial do salão para eventos do Fazendo Fazenda.**

**Fonte: Fazendo Fazenda (julho de 2010).**



**Figura 27 - Vista parcial das atividades realizadas com o turismo pedagógico.**

**Fonte: Fazendo Fazenda (julho de 2010).**

O quarto estabelecimento disponibiliza uma casa (figura 29) para locação equipada com móveis e utensílios, na qual é cobrada uma taxa única, além da promoção de eventos de corrida de moto e serviços de alimentação. E o quinto empreendimento cobra uma tarifa pela locação do espaço e comercialização de seus produtos.



**Figura 28 - Vista parcial da casa para locação da chácara do Negão.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**

A característica da demanda desse tipo de turismo, como coloca Sirgado (2003) refere-se à “presença de turistas de 26 a 50 anos e menos de 18 anos, (turismo em família) que permite o retiro do rebuliço das grandes cidades”. Confirmando o relato dos proprietários do Pesque e Pague 4 C, Senhor J. B. C. (46 anos) e Senhora M. I. V. C. (44 anos), “80% do público que frequenta nossa

propriedade é familiar, pois eles buscam um local tranquilo e que possam deixar as crianças à vontade”.

Os proprietários informaram, ainda, que o público que frequenta os empreendimentos são pessoas dos próprios municípios e localidades circundantes, dado afirmado pela maioria dos entrevistados.

A maior parte dos informantes relatou que, no período de férias e feriados prolongados, recebem pessoas de várias regiões e até mesmo fora do estado, visto que os mesmos comumente estão visitando parentes e/ou amigos e aproveitam o tempo livre para conhecer as opções de lazer existentes.

É cabido colocar que, a quase totalidade dos entrevistados, também relataram que os estabelecimentos identificados possuem infraestrutura simples, conforme pode-se visualizar nas figuras 30, 31, 32 e 33, atendendo às necessidades básicas dos visitantes, normalmente adaptadas de acordo com o que já existia na propriedade.



**Figura 29 - Vista parcial do restaurante do Pesqueiro do Jair.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 30 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro do Jair.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 31 - Vista parcial da lanchonete do Pesqueiro Centenário.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**



**Figura 32 - Vista parcial da lagoa do Porão do Peixe.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010)**

Com base nos resultados obtidos, verificou-se ainda que a maioria dos empreendimentos ofereça melhores condições de recepção, possuindo lanchonetes/restaurantes providos de equipamentos, parque infantil (figura 34), tanques para pesca com infraestrutura de apoio ao visitante como bancos no entorno (figura 35), estacionamento, banheiros e ampla área arborizada disponíveis para a realização de atividades de lazer (figura 36).

Corroborando essa informação, o Senhor S. L. A. (50 anos), proprietário do Pesqueiro São Luis, descreve que o “pesqueiro possui quatro represas para pesca, lanchonete e restaurante com capacidade para 300 pessoas sentadas, quiosques com churrasqueira para locação, parque infantil, campo de futebol, mesa de jogos e conta, ainda, com um projeto de construção de chalés para os próximos anos, devido à demanda existente”.



**Figura 33 - Vista parcial do parque infantil do Pesqueiro São Luiz.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 34 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro Pantanal.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 35 - Vista parcial das represas do Centro de Pesca Aquarius.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).**

Entre os equipamentos e acessórios mais comuns, prevalecem os salões com lanchonetes, sanitários e estacionamentos, com poucas propriedades investindo na variação de atrações (parque infantil, cavalos, tanque infantil, sala de estar, entre outros). No caso dos pesque – pague, não foi identificada a realização de nenhum trabalho educativo paralelo com a atividade pesqueira, já que encontramos nesses ambientes, pobreza de informações disponíveis sobre a fauna e a flora quando comparadas à pesca em rios ou mares.

Esse trabalho educativo poderia se pautar na identificação das espécies de peixes encontradas nas represas e por meio de placas que sinalizassem a plantas e árvores expostas no local, bem como as atividades de lazer e demais informações que se julguem necessárias.

No âmbito total, é possível observar que mais da metade das iniciativas de turismo no espaço rural estão centradas nas atividades de pesque - pague aliadas à gastronomia procurando contextualizar a cultura local por meio de pratos que retratam os aspectos da ruralidade, como galinha caipira ao molho e porco no tacho.

Pimentel (2003) ressalta que a pesca é uma das atividades de lazer mais praticadas no mundo, corroborando com a afirmativa de Silva (2000), que relata que uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, pela Associação Americana de Fabricantes de Equipamentos de Pesca, revelou que 49% das respostas atribuíram o contato com a natureza a principal motivação para a pesca de lazer. Outros interesses foram também ressaltados, como fugir do stress (34%), contato com a família (29%) e a captura de peixes para o consumo (13%).

Nesse contexto, uma das alternativas para os produtores rurais tem sido a abertura de locais para pesca, como, por exemplo, as lagoas e tanques, artificiais ou não (Pimentel, 2003). Graziano da Silva (2000) explica que existem no Brasil mais de 2.200 pesqueiros localizados em chácaras e sítios de fácil acesso.

Esses estabelecimentos oferecem uma série de comodidades, entre as quais se incluem locais para sentar, disponibilidade de varas e iscas, certeza de haver peixes no local, média de tamanho e qualidade dos peixes superior aos encontrados nos rios. Essas facilidades são estendidas pelo acesso rápido ao pesqueiro e ampliação dos serviços, que incluem estacionamento, sanitários, lanchonete, material de pesca, parque infantil e limpeza dos peixes (PIMENTEL, 2003).

Ainda citando o autor, um estudo sobre pesqueiros, no norte do Paraná, revela que existe um empobrecimento da experiência de pescar devido às poucas informações fornecidas nos pesque - pague, notando-se também a possibilidade do aumento do repertório cultural através de ações complementares de lazer, como o oferecimento de culinária e eventos temáticos.

Coloca ainda, que essas operações de pesca de modo geral internalizam facilidades como oferta de entretenimento familiar, segurança e conforto para o pescador-usuário e propicia o surgimento de nova geração de pescadores.

Notou-se também, que nas ocorrências de turismo no espaço rural identificadas, na maior parte dos estabelecimentos, tem nos serviços de alimentação um expressivo aliado na conquista do público existente, visto que todos os empreendimentos dispõem desses serviços. Percebe-se assim, que a gastronomia

tratada como atrativo turístico<sup>20</sup> estimula o desejo e o prazer dos visitantes em degustar alimentos diferentes de sua rotina.

Schluter (2006, p. 89) coloca que “a gastronomia, sem dúvida, está ganhando terreno como atração tanto para residentes como para turistas. Não só nutre o corpo e o espírito, mas faz parte da cultura dos povos”.

Os proprietários do Porão do Peixe, o Senhor. L.C.P. e a Senhora A. L. P, narram que “além dos serviços oferecidos de alimentação (figura 38) e pesque - pague, a propriedade conta com a criação de gado, porco, galinha caipira, mandioca, milho, hortaliças e doces caseiros para comercialização e aproveitamento no próprio restaurante, já que o serviço de alimentação no empreendimento é o que sustenta a família”



**Figura 36 - Vista parcial do restaurante Porão do Peixe.**

**Fonte: AZARIAS F.F. (maio de 2010).**

---

<sup>20</sup> Atrativo turístico, segundo Moleta (2000) o elemento que chama a atenção das pessoas sobre aquele lugar e é capaz de atrair visitantes para um determinado local. Os atrativos podem ser naturais como as paisagens e o clima ameno; ou culturais, como os prédios históricos, os museus, as festas tradicionais, além dos próprios hábitos, usos e costumes relacionados à origem étnica da população.

Nota-se então, que a gastronomia é um dos principais serviços realizados nas propriedades, visto que, os serviços são diversificados tendo como base o oferecimento de porções, almoços, cafés rurais, entre outros, tudo isso marcado pelas características rurais que é a principal característica deste segmento.

Ao verificarmos em campo como as atividades turísticas são desempenhadas, compreendemos que havia, na maioria das iniciativas, o desenvolvimento de atividades de lazer, como a possibilidade de realizar caminhadas, passeios a cavalo e charrete (figura 38).

No entanto, nos locais em que esses serviços de lazer eram prestados, na maioria das vezes, o visitante realizava sozinho, comprometendo muitas vezes o aproveitamento dos recursos naturais e culturais da propriedade, sendo usados apenas como cenários para as atividades de lazer, além da segurança dos clientes.



**Figura 37 - Passeio de charrete no Fazenda Fazenda.**

**Fonte: Fazenda Fazenda (julho de 2010).**

Um dos primeiros significados para entendermos as práticas recreativas no campo, segundo Ruschamnn (2000, p.63), é a “reação ao estresse e as atividades decorrentes da expansão das cidades industriais”. Dessa maneira, o campo surge como um destino cercado de usos e significados, aliado à busca por um cenário natural que proporcione sossego e contato com os animais, lagos, rios e comida típica (PIMENTEL, 2003, p. 136).

Como expõe o proprietário do Pesqueiro Pantanal, o Senhor. C. J. M. (59 anos), “além de campo de bocha (figura 41), campo de futebol suíço, mesa de jogos (figura 42) e ampla área verde (figura 39 e 40) para apreciação e descanso dos visitantes que realizam piqueniques e atividades de lazer com os filhos, como jogo de bola”.



**Figura 38 - Vista Parcial da área verde do Pesqueiro Pantanal.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 39 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro Pantanal e parte da área verde utilizada pelas famílias que visitam o local para a prática de piquenique.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 40 - Vista Parcial do campo de bocha e mesas do Pesqueiro Pantanal.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**



**Figura 41 - Mesa de jogos do Pesqueiro Pantanal.**

**Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).**

Ante o exposto, Pimentel (2001) enuncia que antes mesmo do turismo preencher as opções de lazer, a viagem ao campo já tinha sua recorrência, alega, ainda, que esse movimento existe desde os romanos, uma vez que inauguraram as viagens de ócio aos balneários que localizavam-se na área rural.

Percebe-se assim que, as ocorrências de turismo no espaço rural identificadas na região da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - AMUSEP evidencia a necessidade de fuga das atividades rotineiras do dia a dia que ocasionam o stress vivenciado nas cidades, aliado a outros aspectos como o desejo de resgatar parte da história, por meio do cheiro, dos sabores e de outras sensações que a área rural proporciona.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades tradicionais, sozinhas, não respondem mais pela manutenção dos empregos na área rural. Nas duas últimas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não-agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda, como as agroindústrias, serviços e o turismo rural.

O turismo no espaço rural é conhecido como uma atividade possível no meio rural, integrando a atividade agropecuária com as atividades turísticas, surgindo como alternativa para produtores rurais diante da crise na estrutura agrária, aliada à falta de incentivos ao homem do campo.

A crescente relevância econômica atribuída às atividades de turismo no espaço rural, sobretudo nas áreas rurais mais ameaçadas por processos de marginalização econômica e êxodo rural, vem contribuindo para o desenvolvimento das atividades, muitas vezes sem planejamento e organização.

Nesse âmbito, o quadro geral dos empreendimentos de turismo no espaço rural, no contexto da agricultura familiar, identificados na região da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP, nos permitiu visualizar algumas deficiências, como ausência de pesquisa de mercado, baixo índice de aproveitamento da cultura local e da criação de espaços adequados às famílias que acompanham os pescadores, sendo que a maioria atende famílias.

A investigação possibilitou, ainda, a percepção de que a motivação principal para a prática do turismo e lazer no espaço rural é resultante da procura por atrativos associados à recreação, descanso, desfrute da paisagem, contato com a natureza, consumo e/ou compra de produtos típicos, passeios (cavalo, bicicleta, a pé) e a prática de esportes, aventura, pesca e passeios educativos. Visto que na sociedade contemporânea o ambiente urbano representa uma síntese das tensões sociais existentes, emitindo a percepção de entidades geográficas coerentes, embora possam existir no próprio tecido urbano mudanças nem sempre prazerosas no ato contemplativo .

Notamos também, que mais da metade da oferta de turismo no espaço rural desenvolvido pela agricultura familiar na área de abrangência da AMUSEP, correspondem às atividades de pesque - pague, sendo que a minoria restante refere-se à outras atividades como citamos as propriedades para compra de produtos da agroindústria, espaços para realização de eventos, entre outros. Não considerando aqui as chácaras de lazer que são alugadas a terceiros, na qual disponibiliza na maior parte das vezes hospedagem, piscina, área com churrasqueira, campo de futebol, entre outros.

É sabido ainda que as atividades se iniciaram, na maioria dos casos, pela necessidade dos proprietários rurais de diversificação das atividades como forma de incremento da renda familiar. Destarte, é notório que, em mais da metade dos estabelecimentos, atualmente, as atividades de lazer contribuem com a maior parte da renda total familiar, caracterizando como uma das principais atividades realizadas na propriedade, atendendo à comunidade local e regional.

Considerando que o turismo no espaço rural engloba a totalidade da exploração turística no meio rural, entendendo-o como mais abrangente que o turismo rural, todas as iniciativas de turismo identificadas na região da AMUSEP caracterizam-se como turismo no espaço rural, visto que o turismo rural proporciona atividades ligadas diretamente à lida do campo, e os tipos de turismo no espaço rural oferecem também atividades esportivas e lúdicas voltadas à aventura, à ecologia e ao patrimônio cultural

Cabe ressaltar que o turismo no espaço rural refere-se a um recorte geográfico às muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural, por meio de atividades de lazer esportivas, ou ócio de cidadãos que ocorrem alheios ao meio em que estão inseridos, como identificado na região da AMUSEP.

Assim, a prática do turismo no espaço rural apropria-se dos espaços, conferindo-lhes novos significados, sendo que a intensificação do uso turístico do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade, resultando nos processos de territorialidades expressadas pelas diversas manifestações, através da gastronomia, atividades de lazer e eventos realizados na área rural.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Ana C. S. **A viticultura como base econômica da pequena propriedade** no município de Marialva – PR. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2010.

ALMEIDA, M. G. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In: ALMEIDA, M. G. (org) **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

ALENTEJANO, Paulo R. R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira?** In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUF, cap. 4, p. 149-178, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL. **Dados preliminares das propriedades rurais brasileiras com atividade turística**. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr/>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

ARIENTE, Marina; GIULIANI, Antonio Carlos; FARAH, Oswaldo Elias; e PIZZINATO, Nadia Kassouf. **Uma visão estratégica do Turismo Rural**. Revista Eletrônica de Turismo (RETUR), V. 4, n.1, 2005. Disponível em: <http://www.presidentekennedy.br/retur/edicao07/artigo09.pdf>>. ISSN 1677.3063. Acesso: 05 de janeiro de 2010.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

BENI, Mario C. **Análise Estrutural do Turismo**. 9ª ed. Atual. São Paulo: SENAC, 2007.

BERNARDES, Lyzia Maria Cavalcanti. **O Problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, jl./set.1953.

BLUM, Rubens. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição classificação e problemática**. In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUF, cap. 2, p.22-43, 2001.

BORÁZZIO, Marcos Fernando. **Turismo de eventos e o processo de regionalização**. TCC Faculdades Nobel, curso Turismo, 2005.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMBIAGHI, Salette M. O Povoamento do Norte do Paraná (1954). In: CARVALHO, M. S.; FRESCA, T. M. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v.2, p. 71-86.

CAMPANHOLA, C.; SILVA J.G. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Orgs.) Turismo Rural –Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense 1900-1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

Centro de Pesquisa de Pesquisa e Planejamento Ambiental. Disponível em: <http://www.ceppa.com.br/artigos.html>. Acesso: 22 de novembro de 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; SILVA, S. C. B de M. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: EDUECE, 2005.

CAVACCO, C. **O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal**. In: CAVACCO, C. (Coord.) Desenvolvimento Rural: desafio e utopia. Universidade de Lisboa, p. 281-292, 1999.

DIRETRIZES para o **Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Ministério do Turismo, 2004.

ECOPARANÁ/ COMEC/ EMATER. **Projeto Região Metropolitana de Curitiba**. Versão preliminar. Curitiba, 1999.

EMBRATUR. **Consolidação do Marco Conceitual e do Arranjo Institucional da Política Nacional de Turismo Rural**. Brasília: Relatório de Oficina: março de 2002.

EMBRAPA. Mapa de Solos do Estado do Paraná (legenda atualizada). 2008

FULLER, A. M. (1983), "**Part-time farming and the farm family: a note for future research**". *Sociologia Ruralis*, 23 (1): 5-9, Netherlands.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Turismo em áreas rurais**: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: RIELDL, Mário et. al. (org.) Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 2ª ed. Campinas, Papirus, 2000, p. 15-62.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Políticas agrícolas e não agrícolas**. 1998. P. 20. XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, de 10 a 14 de agosto de 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. e CAMPANHOLA, C. **O Novo rural brasileiro: uma atualização**. Ribeirão Preto, São Paulo, Congresso da Sociedade Brasileira de Economias e Sociologia Rural, 2005.

GRAZIANO da SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Acesso: 10 de agosto. 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 24 maio. 2010.

GUIMARAES, André Sathler. **Turismo: internet e negócios do turismo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LIMA, I. A. de; MATIAS, M. **Manifestações folclóricas no turismo rural**. In; Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2. Piracicaba: ESALQ, 2000. p. 81-93.

LOUSADA, Márcia. **Geografia do Turismo Rural no Estado de Minas Gerais, ecos contraditórios de um segmento dito em expansão**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2007.

HAMAM, Roosevelt. O organizador e os vários clientes de um evento. Revista dos Eventos, setembro, 2004.

INTRODUÇÃO ao turismo. OMT – Organização Mundial do Turismo. SÃO PAULO: ROCA, 2001.

MENDRAS, H M. Sociologia do Meio Rural. In: Sociologia Rural. QUEIROZ, M. I. P. DE (org.). Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORA, 1969.

MINEROPAR. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba, Mineropar, 2001

Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**, 2005.

MOLETA, Vânia B. Florentino. *Comercializando um destino turístico*. Porto Alegre: Sebrae/RS, p. 12-13, 2000. v.1. (Serie Produto Turístico).

MONBEIG, Pierre. **A zona pioneira do Norte - Paraná**. In: CARVALHO, M. S.; FRESCA, T. M. (Org.). Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007, v.2, p. 1 – 18.

MULLER, Nice Lecoq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. 1963.

NOGUEIRA, Carmem Regina Dorneles Nogueira. Os remanescentes das reduções jesuítico-guaranis como potencial turístico para a região centro-sul da América latina. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org). São Paulo: Roca, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PIMENTEL, G. G. de A. **Lazer e natureza no turismo rural**. In: MARINHO, A; BRUHNS, H. T. (Org.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Manole, 2003. p. 131 – 156.

PIRES, Paulo dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

Pioneirismo e Futuro: **Perfil Socioeconômico do Norte do Paraná – AMUSEP**. 2010.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Hucitec, 1999.

**PROGRAMA de turismo rural na agricultura familiar - PRONAF**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Rede de Turismo Regional. Disponível em:  
<http://www.turismoregional.com.br/?action=rede-de-turismo-regional/regionalizacao>.  
Acesso em: 20 maio 2010.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo e Territorialidades Plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália I. G. et. al. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: USP, 2006, p. 297-315.

ROSSATO, Geovane E. **Meninas de rua: representações e políticas**. Maringá, PR: Massoni, 2003.

ROSS, Glen F. **Psicologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHAMNN, Doris V. de M. **O Turismo Rural e o desenvolvimento sustentável.** In: RIELD, Mário ET. AL. (org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. 2ª ed. Campinas, Papirus, 2000, p. 75-84.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia. Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: USP, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENAC. **Introdução a turismo e hotelaria.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

SERRA, Elpídio. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná.** Boletim de Geografia, Maringá, v.10, n.1, p. 61-93, dez. 1992.

SCHENEIDER, Sergio. **Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/398.pdf>. Acesso em: 22 de abr. 2010.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo.** 2º ed. São Paulo: Aleph, 2006.  
SILVA, Fernando Brasil da. *A Psicologia aplicada ao turismo e hotelaria.* 2. ed. São Paulo: CenaUn, 2000.

SILVA, Júlio Cezar Lazaro da. **O arranjo produtivo rural: O agrocomércio da uva no município de Jundiaí – SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

SILVA, José Graziano; VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil** (1998). In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (Orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Papirus, 2000. p.15-62.

SIRGADO, José Rafael. **Espaço turístico e desenvolvimento no cone Leste Paulista**. In. RODRIGUES, Ady Balastrey (org). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 70. - (Coleção Turismo Contexto).

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Nº 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso: 02 de março de 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUF, 2001.

TEIXEIRA, V.L. **Pluriatividade e agricultura familiar** na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/publicações](http://www.eco.unicamp.br/publicações)>. Acesso: abril de 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

VAZ, Gil N. Marketing Turístico. **Receptivo e emissor: um roteiro estratégico para projetos públicos e privados**. São Paulo: Pioneira, 1999.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUF, cap. 1, p. 21-56, 2001.

WESTHALEN, Cecília Maria. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História. Curitiba, n. 7, 1968.

**APENDICE**

**APENDICE 1 – Roteiro de entrevistas com proprietários rurais**

1. NOME DA PROPRIEDADE?
2. NOME DOS PROPRIETÁRIOS? IDADE?
3. ENDEREÇO. TELEFONE.
4. AREA TOTAL DA PROPRIEDADE.
5. COMO COMEÇOU A ATIVIDADE DE RECEPÇÃO DE PESSOAS.
6. QUAIS SÃO OS SERVIÇOS OFERECIDOS. (ex. lanchonete e/ou restaurante, realização de eventos, etc)
7. INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE. (quantas represas, espaço para lanchonete, parque infantil, etc).
8. QUAIS OS TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE?
9. A ATIVIDADE TURÍSTICA CONTRIBUI EM QUANTOS % DO TOTAL DA RENDA FAMILIAR?
10. QUAL A PROCEDÊNCIA DO PÚBLICO? (de quais municípios são as pessoas que freqüentam).

**APENDICE 2 - Vista Parcial da primeira represa do Pesque e Pague Mascote.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 3 - Vista Parcial da segunda represa do Pesqueiro Mascote.**

Fonte: AZARIAS F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 4 - Vista Parcial da lanchonete do Pesqueiro Mascote.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 5 - Vista Parcial da lanchonete e restaurante do Pesqueiro Pantanal.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 6 - Vista parcial de uma das represas do Pesqueiro Pantanal.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 7 - Vista parcial da entrada do Pesqueiro São Luiz.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 8 - Vista parcial das represas do Pesqueiro São Luiz.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 9 - Vista parcial das represas do Pesqueiro São Luiz.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 10 - Vista parcial das represas e quiosques do Pesqueiro São Luiz.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 11 - Vista parcial do salão do restaurante do Pesqueiro São Luiz.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 12 - Vista parcial da plantação de coco da chácara do Negão.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 13 - Placa de identificação dos peixes do Pesqueiro Anzol.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 14- Vista parcial das represas do Pesqueiro Anzol.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (junho de 2010).

**APENDICE 15 - Entrada da propriedade Porão do Peixe.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (maio de 2010).

**APENDICE 16 - Vista parcial do Porão do Peixe.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (maio de 2010).

**APENDICE 17 - Placa de sinalização da entrada do Pesque e Pague do Alemão.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 18 - Vista Parcial do restaurante do Pesque e Pague do Alemão.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 19 - Vista parcial das represas do Pesque e Pague do Alemão.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 20 - Vista parcial da área do Pesqueiro Centenário.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 21 - Vista parcial dos tanques do Pesqueiro e Balneário do Nelson.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 22 - Vista do túnel de acesso do pesque e pague ao balneário.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 23 - Vista parcial dos quiosques para locação no balneário do Nelson.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 24 – Vista parcial de área do Balneário do Nelson.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 25 – Vista parcial dos tanques para pesca do Pesque e Pague 4 C.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 26 – Entrada do Pesqueiro Rufato.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 27 – Vista parcial da represa para pesca do Pesqueiro Rufato.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 28 – Entrada da Prainha São Carlos.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 29 – Vista parcial dos quiosques da Prainha São Carlos.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 30 – Vista parcial da entrada do Orquidário da Norma.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 31 – Vista parcial da estufa do Orquidário da Norma.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 32 – Vista parcial da entrada da Chácara Cantinho do Céu.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 33 – Vista parcial das represas do Pesqueiro Pedrazanni.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 34 – Vista parcial da área verde e parque infantil e do Pesqueiro Pedrazanni.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

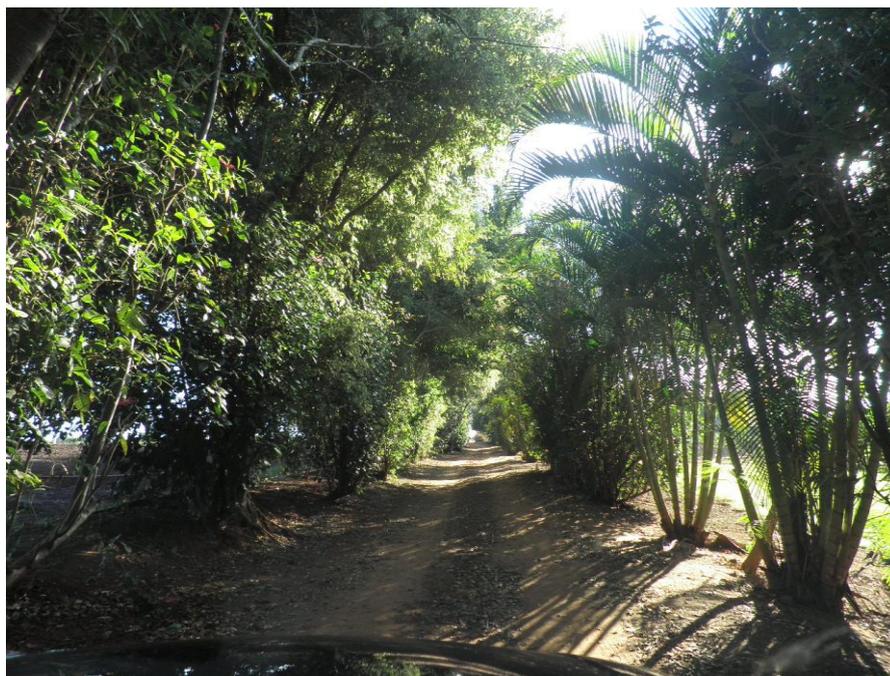
**APENDICE 35 – Vista parcial do restaurante do Pesqueiro Pedrazanni.**



Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 36 – Vista parcial do restaurante do Pesqueiro Pedrazanni.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 37 – Vista parcial da entrada do Pesqueiro do Longas.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 38 – Vista parcial das represas do Pesqueiro do Longas.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 39 – Vista parcial do parque infantil do Pesqueiro do Longas.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**APENDICE 40 – Vista parcial do restaurante do Pesqueiro do Longas.**

Fonte: AZARIAS, F.F. (julho de 2010).

**ANEXOS**

ANEXO 1 – Mapa das microrregiões do Paraná – IPARDES, 2010.



**ANEXO 2 – Vista parcial do salão para eventos do Fazendo Fazenda.**

Fonte: Fazendo Fazenda (julho de 2010).